

# Sumário

Número de notícias: 38 | Número de veículos: 20

O ESTADO DE S. PAULO - NÉGOCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Caixa e Caixa Seguridade planejam oferta de ações que pode chegar a R\$ 3 bi - COLUNA BROADCAST

..... 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Créditos tributários serão devolvidos aos contribuintes ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad oficializa projeto para cortes no Perse e desoneração dos municípios ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita negociou R\$ 5,2 bi em dívidas tributárias ..... 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita espera recuperar R\$ 31 bi ..... 11

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carga de cocaína de R\$ 330 milhões ..... 12

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita lança nova fase do programa de renegociação ..... 13

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita negociou R\$ 5,2 bi em dívidas tributárias ..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo de Milei anuncia corte de 15 mil servidores na Argentina ..... 16

O GLOBO - RJ - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Nascimentos caem em todas as regiões do país ..... 18

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Após ser desfigurada, MP da reoneração avança ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad critica iniciativa de Campos Neto ..... 20

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma nova Lei de Finanças Públicas (Artigo) ..... 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária na reta final ..... 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas terão declaração "pré-preenchida" ..... 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Expectativa de ganhos com o novo sistema ..... 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota padrão precisa de equilíbrio ..... 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Modelo mais claro e simples ..... 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNC entrega ao Executivo sugestões para regulamentar Reforma Tributária ..... 29

O GLOBO - RJ - ESPECIAL SANEAMENTO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os desafios são grandes nos próximos anos" ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - CAMINHOS DO BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação da reforma desafia governo em ano eleitoral ..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - CAMINHOS DO BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Obtenção de créditos será automática ..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - CAMINHOS DO BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota padrão precisa de equilíbrio, sem aumentar carga ou afetar arrecadação ..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - CAMINHOS DO BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com novo sistema, expectativa é que país ganhe produtividade ..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Perdas contábeis em empresas de consumo e varejo atingem R\$ 15,7 bilhões em 2023 ..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - SANEAMENTO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária encarece tarifa, afirma associação ..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - SANEAMENTO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Queda no preço de commodities diminui demanda por sucata reciclada ..... 42

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fernando Haddad defende acordo entre Mercosul e União Europeia ..... 44

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Raio-x da arrecadação federal (Artigo) ..... 45

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desespero criativo (Editorial) ..... 47

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Banco do Nordeste investe no financiamento de energia renovável ..... 48

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad: superávit de 0,5% em 2025 depende do Congresso ..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Vale e Aliança Energia - DESTAQUE ..... 51

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Fazenda volta a prorrogar a vigência do Desenrola; prazo agora vai até maio ..... 52

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

País cria 306.111 vagas com carteira assinada em fevereiro, diz Caged ..... 53

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Analistas veem falha em projeto para Estados ..... 54

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Desigualdade de gênero prejudica a economia global ..... 55

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

"Small caps" têm pior desempenho ante as grandes em mais de 20 anos nos EUA ..... 57

# Caixa e Caixa Seguridade planejam oferta de ações que pode chegar a R\$ 3 bi - COLUNA BROADCAST

**MATHEUS PIOVESANA, ALTAMIRO SILVA JUNIOR,  
CYNTHIA DECLOEDT E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS  
/ KARLA SPOTORNO (edição)**

A Caixa Econômica Federal e a Caixa Seguridade planejam uma oferta pública subsequente de ações (follow on) da holding de seguros, previdência e capitalização que, se ocorrer, pode movimentar valores entre R\$ 1 bilhão e R\$ 3 bilhões, de acordo com fontes consultadas pela Coluna sob anonimato. Os planos são de uma oferta secundária, com o banco vendendo parte dos papéis que detém da holding. A oferta ainda precisa passar pelas instâncias internas do banco.

Em nota, a Caixa confirma que o assunto voltou a ser estudado, mas que ainda não há uma decisão.

"A Caixa iniciou, no âmbito da sua governança interna, a retomada dos estudos sobre o tema, sendo que não há decisão", disse o banco público.

Tamanho da operação está em estudo

Como a holding é listada no Novo Mercado, segmento que exige a listagem de um mínimo de 20% das ações da empresa, a expectativa é de que a oferta faça a companhia chegar a esse patamar. Hoje, está em 17,25%. Ainda não se sabe o tamanho exato da oferta. Eventualmente, será maior do que o necessário para chegar aos 20%.

Perspectiva é de que saia no início de maio

A expectativa é realizar a oferta com o balanço do primeiro trimestre, que sai no começo de maio. Fontes envolvidas na estruturação reconhecem que o prazo é bastante apertado. A prioridade seria evitar a redução de apetite de investidores globais antes das eleições presidenciais americanas, no fim do segundo semestre.

**DUPLA ARRECAÇÃO**

União pode ganhar duas vezes com a oferta: via dividendos da Caixa e com a tributação sobre os lucros do banco com a operação

**GANHO DOBRADO.** Se realizada, a oferta deve gerar ganho duplo ao governo. Além de ser o único acionista da Caixa, que repassaria os ganhos via dividendos, a União ganharia na tributação sobre o ganho do banco com a operação. A Caixa já vinha conversando com bancos de investimento sobre a oferta nas últimas semanas.

Uma oferta secundária de ações era planejada desde a abertura de capital da empresa, em 2021, mas não saiu do papel diante das condições desfavoráveis de mercado.

**NO HIATO...** As emissões de debêntures incentivadas, que dão incentivo fiscal para o investidor, devem crescer ainda mais depois de um volume quase recorde em março, quando as empresas colocaram mais de R\$ 10 bilhões desses papéis no mercado. O motivo está na ausência de vários esclarecimentos nas regras da nova debênture de infraestrutura, que oferece benefício fiscal ao emissor, publicadas por decreto ontem. A nova debênture aparentemente limita as emissões para o setor de óleo e gás, e também não está claro se o pagamento de outorgas poderá ou não ser feito por meio das captações.

**...MAIS DEBÊNTURES.** A expectativa de banqueiros que operam neste mercado, ouvidos pela Coluna, é de que as empresas aproveitem este hiato, entre a regulamentação anunciada e os complementos que devem vir dos ministérios e da **Receita Federal**, para colocar na rua operações que já estavam autorizadas. O decreto divulgado prevê que as companhias terão 90 dias para executar essas emissões autorizadas seguindo as regras vigentes.

"Abril e maio provavelmente serão meses com um grande volume destes papéis", diz um banqueiro. Segundo ele, há uma demanda gigante de gestoras por ativos assim.

**PRÊMIOS EM QUEDA.** Em contrapartida à demanda, a oferta de papéis incentivados diminuiu, com as restrições do governo às emissões de letras de crédito e certificados de recebíveis agrícolas e imobiliários. O resultado é um mercado que se retroalimenta, com a

demanda comprimindo ainda mais os prêmios, que estão próximos de zero.

América do Sul foi o destaque negativo, especialmente a Argentina.

**EMISSÃO.** Líder de vendas e manutenção de painéis eletrônicos no Brasil, a The LED realizou a segunda emissão de debêntures no valor de R\$ 25 milhões com vencimento em 2029. Segundo o presidente da empresa, Richard Albanesi, os recursos serão investidos em novos projetos para ampliar a presença no mercado de comunicação digital com painéis de LED. A emissão teve como coordenador líder a Galapagos Capital DTVM e a FRAM Capital DTVM como agente fiduciário.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

**NOVO SÓCIO.** A intenção da The LED era emitir uma debênture de R\$ 60 milhões em dezembro do ano passado, conforme o Estadão/Broadcast antecipou em outubro. Os planos mudaram porque a empresa recebeu proposta de um interessado em comprar uma parcela da The Led. Tal proposta, de acordo com Albanesi, está sendo estudada internamente e deve haver uma decisão no segundo semestre.

**SEGUNDA OPERAÇÃO.** Esta é a segunda operação concretizada entre a The LED e a Galapagos.

A primeira ocorreu em 2021, no valor de R\$ 31,3 milhões.

## SOBE

Receita líquida da indústria de máquinas avança 5,8%

A receita líquida de vendas de máquinas e equipamentos atingiu R\$ 19,231 bilhões em fevereiro, um aumento de 5,8% sobre janeiro, na série com ajuste sazonal, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). O resultado foi sustentado por um crescimento de 22,7% na receita líquida interna, também na série com ajuste sazonal.

Em relação a fevereiro de 2023, porém, houve queda de 14% na receita.

## DESCE

Exportações de bens de capital caíram em fevereiro

As exportações brasileiras de máquinas e equipamentos somaram US\$ 829 milhões em fevereiro, um recuo de 21,4% em relação a janeiro e de 23,2% em comparação com fevereiro de 2023, segundo a Abimaq, associação do setor.

No acumulado do primeiro bimestre, as vendas externas renderam US\$ 1,884 bilhão, um recuo de 9,2% em relação aos dois primeiros meses de 2023. A

# Créditos tributários serão devolvidos aos contribuintes

A **reforma tributária** aprovou a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será dividido em Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), que substitui **impostos** federais, e Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), no lugar dos **impostos** estaduais e municipais. Um dos principais ganhos é a não cumulatividade plena, com o fim da cobrança de tributo sobre tributo ao longo da cadeia produtiva.

Para que esse novo sistema seja eficaz, precisa de regras claras de creditamento, ou seja, a geração de créditos tributários que serão devolvidos aos contribuintes, evitando o efeito cascata.

- Para o modelo de IVA dar certo, o sistema de créditos tributários tem que funcionar plenamente. As regras não estão claras. Por exemplo: no primeiro ano de transição CBS e Pis Cofins coexistirão. Para não tributar com duplicidade, vai ter uma forma de aproveitar o crédito do PIS Cofins na CBS. Queremos evitar que isso caia na Justiça, na **Receita Federal** ou no Comitê Gestor - explica o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares.

Outro ponto de atenção é o tamanho da carga tributária. Estimativas do governo apontam que a alíquota do IVA ficará entre 27% e 276%, o que seria a maior taxa desse tipo de imposto no mundo. No mercado, há cálculos de uma alíquota de até 336%.

Mais um item essencial é a definição de produtos ou atividades que terão alíquotas reduzidas ou regimes específicos de tributação.

Consultor jurídico da CNC, Gilberto Alvarenga aponta o acesso do contribuinte à ampla defesa e ao contraditório como um item decisivo para o bom andamento da reforma: - Como estamos criando um tributo que tem uma gestão nacional mais unificada, precisamos que os questionamentos feitos pelos contribuintes, as respostas e as contestações não sejam tão centralizados, por exemplo, em Brasília. Tem que ter um órgão estatal fazendário próximo no qual ele possa exercer o contraditório. A gente tem que pensar que 90% das empresas do Brasil são de pequeno porte.

POR UM SISTEMA MAIS JUSTO

Conheça algumas premissas da CNC para a

regulamentação da **Reforma Tributária**:

Criar lei complementar para definir claramente o creditamento das atividades, com ênfase nos casos de alíquotas reduzidas

Criação de um regime especial de tributação para o setor imobiliário, que fomenta o investimento e o desenvolvimento habitacional no Brasil

Necessidade de regime específico para bares, restaurantes e demais atividades do turismo, garantindo a empregabilidade desse segmento

Garantir leis complementares para manter o diferencial competitivo assegurado à Zona Franca de Manaus e às áreas de livre comércio

Definir parâmetros adequados para que os diferentes entes fiscais atuem de forma equitativa no exercício da fiscalização

Garantir segurança jurídica no processo administrativo tributário relativo ao IBS e à CBS

Regulamentar a operacionalização do IBS e da CBS e definir regras claras para distribuição da arrecadação dos dois **tributos**

Criar medidas para que as empresas, principalmente pequenas e médias, não tenham aumento de custos operacionais na transição para o novo IVA

Definir com clareza os produtos da cesta básica e instituir uma lei para devolução de **tributos** a pessoas físicas (cashback) sem gerar novas obrigações para as empresas

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Haddad oficializa projeto para cortes no Perse e desoneração dos municípios

*Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro*

O governo Lula (PT) formalizou nessa quarta-feira (27) suas propostas para redução do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e da desoneração da folha de salários dos municípios. O Ministério da Fazenda quer cortar o número de atividades econômicas beneficiadas pelo Perse de 44 para 12 e, mesmo para as que ficarem, diminuir gradualmente a redução dos **impostos** até 2026. Além disso, seriam excluídas todas as empresas com faturamento acima de R\$ 78 milhões.

O Executivo também propôs ao Congresso a criação de um programa de "autorregularização", em que empresas que usaram indevidamente o Perse para pagarem menos **impostos** antes de março de 2024 possam confessar a irregularidade. Elas quitariam à vista os **tributos** devidos, com juros, mas sem a punição de multas de mora e de ofício. O prazo para adesão seria de 90 dias após a regulamentação.

A proposta foi protocolada como projeto de lei pelo líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE). O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ainda não definiu quem será o relator e nem discutiu com o governo os termos da mudança. Há forte resistência dos empresários, que protestaram na Câmara nesta quarta-feira.

O projeto determina a redução do número de atividades que poderão usufruir do programa. No início do mês, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que um programa focalizado ficaria em "patamares suportáveis". A lei atual isentou 44 setores de pagarem os **impostos** federais por cinco anos (até 2026), como forma de auxiliá-los a se recuperarem dos impactos econômicos da pandemia. O governo Lula quer reduzir o Perse a 12 Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnaes).

Perderiam o benefício empresas de transporte, operadores turísticos e agências de viagem, museus, albergues, apart-hotéis, alojamentos e campings, serviços de filmagem e de bufês para festas e eventos, cinemas, aluguel de equipamentos esportivos e recreativos, casas de festas e de eventos, zoológicos e produtores de filmes publicitários.

Continuariam no Perse os bares, restaurantes, hotéis,

casas de festas e eventos, organização de feiras, congressos, exposições e festas, produção de espetáculos teatrais, musicais e de dança, circos, atividades de sonorização, de iluminação e de artes cênicas.

Mesmo nestes casos, a proposta do governo é reduzir gradualmente a desoneração para os setores. Atualmente, todos estão com alíquota zerada de PIS/Pasep, Cofins, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) até 2026.

Pela redação proposta, a alíquota de PIS, Cofins e CSLL sairia dos atuais 0% para 55% da alíquota normal a partir de abril de 2024. Em 2025, a alíquota seria de 60% da padrão e, em 2026, de 75%. No caso do Imposto de Renda, a isenção total continuaria ao longo deste ano, mas seria cortada para 60% da alíquota regular em 2025 e 75% em 2026.

O governo também quer que as grandes empresas sejam excluídas do programa. Quem for tributado pelo regime do lucro real (faturamento acima de R\$ 78 milhões) ou do lucro arbitrado não poderia mais se beneficiar do Perse. Restariam as empresas do lucro presumido.

"É razoável sugerir nova focalização sobre as atividades que, de fato, apresentam maior pertinência temática com o setor de eventos, e, desse modo, é proposta uma lista de doze setores a serem contemplados com o benefício fiscal. Com a sugestão, aumenta-se a eficiência do gasto tributário e alcança-se a recomposição das receitas públicas sem maiores impactos sociais e econômicos", afirma Guimarães na justificativa do projeto.

Apesar do discurso fiscal, o projeto foi protocolado sem as estimativas de aumento da arrecadação. A **Receita Federal** diz que o programa custou R\$ 10,8 bilhões em renúncias de receita em 2022 e R\$ 13,1 bilhões em 2023, mas os números são contestados pelo setor e por parte dos parlamentares, que acusam a Fazenda de incluir empresas que não teriam direito.

Guimarães também protocolou projeto para reduzir a desoneração da folha de salário dos municípios aprovada pelo Congresso. A lei atual prevê a redução dos encargos previdenciários das cidades com até

156,2 mil habitantes. O governo quer limitar o benefício às cidades com até 50 mil residentes e receita líquida per capita de até R\$ 3.895.

Segundo estimativas, a nova versão do programa alcançaria 2,5 mil municípios, o que representa 45% de todas as cidades do país. Na versão atual, 5.366 dos 5.568 municípios brasileiros são beneficiados. A desoneração, contudo, custa R\$ 11 bilhões aos cofres do governo federal, de acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Além disso, as alíquotas seriam retomadas gradualmente. O texto prevê que a taxa da alíquota previdenciária seja de 14% em 2024, 16% em 2025 e 18% em 2026. Na lei atual, não havia prazo de validade para a redução. A ideia de revogar o programa vem enfrentando críticas dos prefeitos e parlamentares, que exigiram que o assunto fosse tratado em projeto de lei a parte.

Em contrapartida, o projeto permite um parcelamento das dívidas das prefeituras com a **Receita Federal** em até 60 meses (cinco anos), com redução de até 70% de multas e juros, conforme capacidade de pagamento.

Como a Câmara saiu de "recesso branco" por uma semana devido ao prazo final da janela de filiações para as eleições municipais, os projetos só devem ser debatidos formalmente após 8 de abril. A medida provisória (MP) que revoga ambos os programas está em vigor, com efeitos a partir de 1 - de abril.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187827>



# Receita negociou R\$ 5,2 bi em dívidas tributárias

**Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta De Brasília**

A **Receita Federal** já negociou, neste ano, dívidas tributárias de R\$ 5,2 bilhões, segundo divulgado ontem. O valor se refere apenas à modalidade de transação individual - para débitos de maior valor -, realizada com 11 devedores. Um total de R\$ 376 milhões será pago em dinheiro nos próximos 10 anos, sendo R\$ 45 milhões já em 2024.

Para este ano, o Ministério da Fazenda espera arrecadar R\$ 31 bilhões com transações com a **Receita Federal**. Além das 11 já realizadas, existem outras 180 em negociação, informou ontem em coletiva de imprensa o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas. "A gente começou, temos centenas de processos. São 11 só [finalizados]", disse.

Questionado sobre a viabilidade de atingir a meta de R\$ 31 bilhões, Barreirinhas lembrou que o programa Litígio Zero em 2023 levou a uma recuperação (entrada em 2023) de R\$ 6 bilhões, apenas com parte das adesões previstas, em decorrência das mudanças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**).

O secretário estima que um grande volume referente a transações entrará concentrado em cinco meses, em decorrência do parcelamento. "Não reduzimos o valor da projeção por conta disso, ainda que haja parâmetros de aumento de **PIB**", afirmou ele, sem responder, porém, se a resolução de problemas tributários com estatais, como a Petrobras, seria considerada fundamental para chegar ao valor previsto com as transações.

As negociações já finalizadas envolveram empresas em recuperação judicial e créditos de quase impossível recuperação. "Parece um número incompatível, mas estamos falando de créditos tributários que estão há muitos anos. Foi tentado todo tipo de negociação", afirmou Mário Dehon, subsecretário de arrecadação, cadastros e atendimento, que também participou da coletiva de imprensa realizada ontem.

Foram concedidos descontos de R\$ 1,2 bilhão. E serão abatidos através do uso de prejuízo fiscal e base de cálculo negativo (antecipando abatimento no IR) R\$ 824 milhões. Barreirinhas destacou que o valor

referente a prejuízo fiscal é, na verdade, o adiantamento de abatimentos que aconteceriam nos próximos anos.

Para reforçar o caixa, a **Receita Federal** está analisando ainda a possibilidade de abrir uma tese de transação sobre tributação de operações de afretamento - assunto relevante e bilionário para o setor de óleo e gás, em especial para a Petrobras, que vem sendo derrotada nessas discussões no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**. As empresas são autuadas por causa da bipartição de contratos, que a Receita considera uma forma de reduzir a tributação.

A subsecretária geral da **Receita Federal** Adriana Gomes Rêgo afirmou, na coletiva de imprensa, que a previsão, no momento, é mandar para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na próxima semana, um texto que poderá ser subsídio para a abertura de edital conjunto.

A transação de maior valor dentre as 11 (R\$ 2 bilhões) concluídas envolve empresa com 42 processos administrativos sobre o tema. Outra transação bilionária refere-se a empresa com 118 processos administrativos.

Existem três formas de transação com a **Receita Federal**. A individual dirige-se a grandes contribuintes e é feita a partir de uma proposta apresentada pelo devedor. Essa modalidade é possível desde 2022, mas estava travada por dúvidas sobre o regimento e foi liberada no início de 2024, segundo o secretário.

Outro modelo é o da transação das grandes teses tributárias. Já foi aberta a transação relacionada a lucros no exterior e há previsão de transação relacionada a subvenções fiscais. Com relação a transação de grandes teses - lucros no exterior -, o programa ainda está no início, segundo Barreirinhas, e ainda não foi publicado o balanço de valores e adesão.

No dia 10 de abril, será aberto o edital de transação por adesão ao Programa Litígio Zero 2024. Débitos que estão em discussão no contencioso administrativo poderão ser negociados e pagos de forma parcelada. Serão oferecidos descontos para os créditos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação. Os descontos dependem da classificação do

contribuinte.

O contribuinte que aderir precisa desistir de recursos administrativos e judiciais propostos, em relação aos débitos incluídos na transação, e renunciar às alegações de direito sobre as quais os recursos tenham fundamento.

"Ministério da Fazenda espera arrecadar R\$ 31 bilhões com transações" Robinson Barreirinhas

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187827>

# Receita espera recuperar R\$ 31 bi

- A **Receita Federal** detalhou ontem a rodada de 2024 do programa Litígio Zero, destinado a renegociar dívidas tributárias de pessoas e empresas com oferta de descontos, após registrar no ano passado arrecadação abaixo do projetado inicialmente.

O Fisco informou ter mantido para este ano a previsão de obter R\$ 31 bilhões em receitas com a recuperação de créditos tributários. No ano passado, o ganho gerado pelo Litígio Zero ficou abaixo de R\$ 6 bilhões, ante previsão inicial de arrecadar R\$ 50 bilhões.

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, argumentou em entrevista à imprensa que o alongamento na tramitação de projetos sobre o tema no Congresso reduziu fortemente o potencial do programa em 2023 e que, considerando o tempo exíguo, o ganho no ano passado é considerado um "estrondoso sucesso". "Este programa Litígio Zero 2024 é muito maior que o do ano passado", afirmou.

A edição deste ano do programa terá prazo para adesão de contribuintes devedores entre 1º de abril e 31 de julho.

A renegociação valerá para pessoas físicas e jurídicas com débito tributário de até R\$ 50 milhões em fase administrativa com a Receita. Os descontos podem atingir 100% do valor de juros, multas e encargos.

Em outra frente, a Receita trabalha com foco em grandes teses tributárias, fazendo renegociações específicas com devedores dispostos a quitar débitos relacionados a ações judiciais. Há ainda a possibilidade de transações individuais negociadas diretamente com o Fisco. Neste eixo, Barreirinhas disse que foram concluídas até o momento renegociações que envolvem R\$ 5,2 bilhões em dívidas, sendo que R\$ 45 milhões entrarão no caixa da Receita neste ano.

O secretário argumentou que o programa ainda está começando e, por isso, não é possível fazer avaliação sobre o valor. Ele afirmou que outras 180 propostas de transações já foram feitas e serão efetivadas nos próximos meses.

Questionado sobre a expectativa de fazer acordos com estatais, principalmente a Petrobras, para turbinar a arrecadação do programa, Barreirinhas disse que até o momento o governo não precisou contar com essas companhias para ter bons resultados. Ele não detalhou se há tratativas com a petroleira.

Na entrevista, o secretário ainda apresentou desafios fiscais para este ano, argumentando que medidas não previstas no Orçamento de 2024 precisarão ser compensadas.

Ele citou a correção da tabela do Imposto de Renda e o programa Mover, de estímulo ao setor automotivo, que juntos devem gerar um custo de R\$ 6 bilhões no ano.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-28-03-2024/>

# Carga de cocaína de R\$ 330 milhões

Agentes da **Receita Federal** apreenderam ontem uma carga de 1,3 tonelada, avaliada em R\$ 330 milhões, de cocaína escondida dentro de sacos de café em um contêiner no Porto do Rio de Janeiro, no Centro da cidade.

A ação foi realizada pela Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho da **Receita Federal** na 7ª Região Fiscal (RJ/ES) e sua equipe de cães farejadores.

A droga seria levada para a Bélgica, mas a carga foi selecionada para inspeção por critérios de gerenciamento de risco durante pesquisa e seleção desenvolvidos pela **Receita Federal**.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

# Receita lança nova fase do programa de renegociação

partir de 1º de abril, contribuintes que devem até R\$ 50 milhões à **Receita Federal** poderão participar de uma nova fase do Programa Litígio Zero. Os pedidos de parcelamento podem ser feitos até 31 de julho.

Segundo a **Receita Federal**, a nova transação tributária abrange débitos tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas em fase de contestação administrativa. Em troca da renegociação, o contribuinte deverá abrir mão de questionar a cobrança.

"Vamos resolver o passado, fazer essa DR [discussão de relacionamento] entre nós, o Fisco e o contribuinte, para daqui para frente termos uma relação mais harmoniosa, sem litígio, com mais amor", disse o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas. Ele destacou que o Fisco está mudando a postura para estimular acordos com os devedores e recuperar parte do valor devido, em vez de apenas punir os grandes devedores.

Os descontos variam conforme o grau de recuperação do crédito. Para dívidas classificadas como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, haverá desconto de até 100% do valor dos juros, das multas e dos encargos legais, observado o limite de até 65% sobre o valor total de dívida. Nesse caso, o contribuinte pagará entrada de 10% do valor consolidado da dívida, após os descontos, divididos em cinco parcelas, e o saldo devedor em até 115 parcelas.

Se o contribuinte usar prejuízos de anos anteriores do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para abater o pagamento da dívida, deverá dar entrada de 10% do saldo devedor em até cinco parcelas. Os créditos tributários dos prejuízos apurados até 31 de dezembro de 2023 serão usados no abatimento, até o limite de 70% do valor da dívida após a entrada. O saldo residual será dividido em até 36 parcelas.

No caso das dívidas consideradas de média ou alta chance de recuperação, o devedor deverá dar entrada de 30% do valor consolidado em até cinco parcelas e usar prejuízos de anos anteriores até 31 de dezembro de 2023 para pagar até 70% do valor da dívida depois da entrada. O saldo restante será parcelado em até 36 vezes. Outra opção será dar entrada de 30% do valor

consolidado da dívida em até cinco parcelas e dividir o restante em até 115 meses.

**Transações individuais** O modelo da nova fase do Litígio Zero diz respeito à transação por adesão, em que a **Receita Federal** define as regras por meio de edital. Ao anunciar a nova etapa do programa, Barreirinhas apresentou as estatísticas das transações individuais, por meio da qual grandes empresas procuram a **Receita Federal** para parcelarem os débitos. Nesse caso, as renegociações ocorrem caso a caso, com o Fisco estabelecendo cláusulas de governança para dar mais transparência ao pagamento de **tributos** pelas empresas.

De 180 pedidos de renegociação recebidos desde o início do ano, o Fisco fechou 11 acordos de transações tributárias individuais que resultaram na regularização de R\$ 5,2 bilhões em dívidas. Desse total, cerca de R\$ 3 bilhões foram regularizados apenas por meio de dois acordos de grandes empresas fechados nos últimos dias.

Dos R\$ 5,2 bilhões, no entanto, somente R\$ 376,2 milhões serão pagos em dinheiro nos próximos dez anos, com R\$ 45,3 milhões entrando no caixa do governo em 2024. Barreirinhas informou que, do valor original da dívida, a Receita concedeu R\$ 2,1 bilhões em descontos de multas, juros e encargos e permitiu o uso de R\$ 834,4 milhões de prejuízos de anos anteriores.

"O valor a ser recuperado em dinheiro parece pouco diante do valor total da dívida, mas estamos falando de créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação", justificou o subsecretário de Arrecadação e Atendimento da **Receita Federal**, Mário Dehon. "Estamos trazendo do purgatório, de volta à vida, contribuintes que estavam fora do processo produtivo. São empresas que poderão voltar a produzir e a fazer negócios", acrescentou.

**Site:** [https://oestadoce.com.br/wp-content/uploads/2024/03/01-CAPA\\_merged-31.pdf](https://oestadoce.com.br/wp-content/uploads/2024/03/01-CAPA_merged-31.pdf)

# Receita negociou R\$ 5,2 bi em dívidas tributárias

Por **Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta - De Brasília**

Por Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta - De Brasília

28/03/2024 05h03 Atualizado há uma hora

Robinson Barreirinhas: "Ministério da Fazenda espera arrecadar R\$ 31 bilhões com transações" - Foto: Washington Costa/MF

A **Receita Federal** já negociou, neste ano, dívidas tributárias de R\$ 5,2 bilhões, segundo divulgado ontem. O valor se refere apenas à modalidade de transação individual - para débitos de maior valor -, realizada com 11 devedores. Um total de R\$ 376 milhões será pago em dinheiro nos próximos 10 anos, sendo R\$ 45 milhões já em 2024.

Para este ano, o Ministério da Fazenda espera arrecadar R\$ 31 bilhões com transações com a **Receita Federal**. Além das 11 já realizadas, existem outras 180 em negociação, informou ontem em coletiva de imprensa o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas. "A gente começou, temos centenas de processos. São 11 só [finalizados]", disse.

Questionado sobre a viabilidade de atingir a meta de R\$ 31 bilhões, Barreirinhas lembrou que o programa Litígio Zero em 2023 levou a uma recuperação (entrada em 2023) de R\$ 6 bilhões, apenas com parte das adesões previstas, em decorrência das mudanças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**).

O secretário estima que um grande volume referente a transações entrará concentrado em cinco meses, em decorrência do parcelamento. "Não reduzimos o valor da projeção por conta disso, ainda que haja parâmetros de aumento de **PIB**", afirmou ele, sem responder, porém, se a resolução de problemas tributários com estatais, como a Petrobras, seria considerada fundamental para chegar ao valor previsto com as transações.

As negociações já finalizadas envolveram empresas em recuperação judicial e créditos de quase impossível recuperação. "Parece um número incompatível, mas estamos falando de créditos tributários que estão há muitos anos. Foi tentado todo tipo de negociação", afirmou Mário Dehon,

subsecretário de arrecadação, cadastros e atendimento, que também participou da coletiva de imprensa realizada ontem.

Foram concedidos descontos de R\$ 1,2 bilhão. E serão abatidos através do uso de prejuízo fiscal e base de cálculo negativo (antecipando abatimento no IR) R\$ 824 milhões. Barreirinhas destacou que o valor referente a prejuízo fiscal é, na verdade, o adiantamento de abatimentos que aconteceriam nos próximos anos.

Para reforçar o caixa, a **Receita Federal** está analisando ainda a possibilidade de abrir uma tese de transação sobre tributação de operações de afretamento - assunto relevante e bilionário para o setor de óleo e gás, em especial para a Petrobras, que vem sendo derrotada nessas discussões no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**. As empresas são autuadas por causa da bipartição de contratos, que a Receita considera uma forma de reduzir a tributação.

A subsecretária geral da **Receita Federal** Adriana Gomes Rêgo afirmou, na coletiva de imprensa, que a previsão, no momento, é mandar para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na próxima semana, um texto que poderá ser subsídio para a abertura de edital conjunto.

A transação de maior valor dentre as 11 (R\$ 2 bilhões) concluídas envolve empresa com 42 processos administrativos sobre o tema. Outra transação bilionária refere-se a empresa com 118 processos administrativos.

Existem três formas de transação com a **Receita Federal**. A individual dirige-se a grandes contribuintes e é feita a partir de uma proposta apresentada pelo devedor. Essa modalidade é possível desde 2022, mas estava travada por dúvidas sobre o regimento e foi liberada no início de 2024, segundo o secretário.

Outro modelo é o da transação das grandes teses tributárias. Já foi aberta a transação relacionada a lucros no exterior e há previsão de transação relacionada a subvenções fiscais. Com relação a transação de grandes teses - lucros no exterior -, o programa ainda está no início, segundo Barreirinhas, e ainda não foi publicado o balanço de valores e adesão.

No dia 1º de abril, será aberto o edital de transação por adesão ao Programa Litígio Zero 2024. Débitos que estão em discussão no contencioso administrativo poderão ser negociados e pagos de forma parcelada. Serão oferecidos descontos para os créditos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação. Os descontos dependem da classificação do contribuinte.

O contribuinte que aderir precisa desistir de recursos administrativos e judiciais propostos, em relação aos débitos incluídos na transação, e renunciar às alegações de direito sobre as quais os recursos tenham fundamento.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2024/03/28/receita-negociou-r-52-bi-em-dividas-tributarias.ghtml>**

# Governo de Milei anuncia corte de 15 mil servidores na Argentina

O presidente argentino, Javier Milei, chegou a anunciar a intenção de demitir 70 mil servidores.

No entanto, ele foi retificado ontem pelo seu portavoz, Manuel Adorni, que confirmou que serão apenas 15 mil dispensados, cujos contratos de trabalho vencem no domingo e não serão renovados.

A Casa Rosada também anunciou que 55 mil funcionários públicos contratados (que não fazem parte do quadro permanente do Estado) passarão a renovar seus contratos a cada três meses - e não mais por um ano, como em administrações anteriores.

"O universo de contratos analisados (pelo governo) é de 70 mil. Desses, 15 mil serão encerrados em 31 de março. Os demais entram num novo processo que continua a ser auditado e revisto por mais um trimestre", disse Adorni. "É um processo cirúrgico." De acordo com Adorni, o número citado por Milei - 70 mil - se refere ao total de cargos temporários ameaçados pelos cortes do governo para reduzir os gastos públicos. Em dezembro, após a posse, Milei já havia anunciado o corte de 5 mil servidores, cujos contratos terminavam no fim do ano.

As demissões dão continuidade ao plano de Milei para diminuir a máquina pública argentina e alcançar um equilíbrio fiscal este ano. O plano, que foi a principal plataforma política do argentino durante a campanha presidencial do ano passado, inclui medidas de paralisação de obras públicas, corte de financiamentos a províncias e o fim de 200 mil planos de **seguridade social**, implementadas em pouco mais de 100 dias de governo.

CAUTELA. Essas medidas foram destacadas pelo presidente argentino durante um evento de negócios na terça-feira.

No final do seu discurso, ele garantiu que haverá mais "motosserra", como ficou conhecida a sua política de redução de gastos, nos próximos meses.

Ontem, em um tom mais cauteloso, o porta-voz de Milei afirmou que os cortes serão "mais lentos do que gostaríamos" por causa da complexidade da máquina estatal. "São questões sensíveis porque por trás há locais de trabalho e atendimento às pessoas", disse Adorni. "O objetivo é chegar ao adequado. Se forem

70 mil, que sejam 70 mil, se forem 15 mil, que fique em 15 mil." Adorni também afirmou ontem que as demissões não incluem servidores de empresas públicas ou de programas sociais.

Apesar do esforço para reduzir as despesas, o total de demissões é ínfimo perto dos 3,4 milhões de trabalhadores do setor público argentino.

DEMISSÕES. Milei disse em mais de uma ocasião que o governo havia demitido mais de 50 mil servidores, mas autoridades confirmam que os cortes ficaram entre 5 e 7 mil, em dezembro, no primeiro mês de mandato.

O ajuste enfrenta oposição dos sindicatos de trabalhadores do país, que chegaram a organizar uma greve geral em janeiro.

Uma nova mobilização foi convocada pela Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE) depois das novas declarações do governo.

Nos primeiros 100 dias, as medidas de austeridade de Milei quebraram uma sequência de 10 anos de déficits públicos e obtiveram dois superávits seguidos nas contas públicas, mas, em contrapartida, aumentaram a pobreza do país e fizeram o Executivo entrar em colisão com as províncias.

Sem o controle de preços e com a desvalorização de 54% na moeda, a **inflação** aumentou no primeiro mês do governo, quando bateu 25,5%, antes de começar a desacelerar em janeiro (20,6%) e fevereiro (13,2%).

Embora as taxas mensais estejam em queda, a **inflação** acumulada segue em disparada.

Era de 211% nos 12 meses encerrados em dezembro, 254% em janeiro e 276% em fevereiro. É atualmente a maior do mundo, acima da Venezuela.

\*

Colômbia expulsa diplomatas argentinos por insultos de Milei

O governo da Colômbia ordenou ontem a expulsão de diplomatas da Embaixada da Argentina após o presidente desse país, Javier Milei, chamar o chefe do



governo colombiano, Gustavo Petro, de "terrorista assassino" em uma entrevista à rede de televisão CNN. A medida foi anunciada pelo Ministério das Relações Exteriores colombiano em um **comunicado** e não especifica quais diplomatas seriam expulsos.

Na mesma entrevista, Milei se referiu ao presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, como um "ignorante". O argentino já havia feito duras críticas a López Obrador e Petro em outras ocasiões, assim como ao presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao venezuelano, Nicolás Maduro.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Nascimentos caem em todas as regiões do país

**ARTHUR LEAL** [arthur.leal@oglobo.com.br](mailto:arthur.leal@oglobo.com.br)

A Pesquisa de Estatísticas do Registro Civil do IBGE mostrou que todas as cinco regiões do país apresentaram queda de natalidade em 2022, se comparadas aos números de 2021. Ao todo, foram registrados 2.542.298 nascimentos no Brasil -93,5 mil a menos que no ano anterior (-3,5%) e 308 mil registros abaixo da média anual anotada entre 2010 a 2019, de 2.850.430 (-10,8%).

Segundo o estudo, a queda de natalidade foi mais alta no Nordeste (-6,7%), Norte (-3,8%) e Sudeste (-2,6%). Paraíba, Maranhão, Sergipe e Rio Grande do Norte puxam a fila, enquanto São Paulo foi disparado o estado em que mais crianças foram registradas: 512.611 (20%do total).

A gerente de pesquisa do IBGE, Klivia Brayner de Oliveira, explica que a redução do número de nascimentos é uma tendência histórica, que vem desde os anos 1970, quando a análise começou.

- A pesquisa retrata as mudanças na sociedade, de valores e comportamento. A queda no número de nascimentos, número de filhos por família só confirmam tendências que a gente já observa, como o empodera-mento da mulher, que, já há anos, passa a estudar, entrar no mercado de trabalho, a ter maior aceitação ao não priorizar filhos e casamento -analisa.

A pesquisadora explica ainda que o saldo entre a queda no número de nascimentos e o aumento da população idosa, que vem morrendo menos, tende a impactar o **INSS**, já que poderá haver menos gente contribuindo para o fundo de aposentadoria a longo prazo.

O estudo, destacam os pesquisadores, serve como um importante instrumento de acompanhamento da evolução populacional brasileira, possível parâmetro para estratégias de implementação de políticas públicas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Após ser desfigurada, MP da reoneração avança

**&#9632; LEVY GUIMARÃES**

Após quase três meses, o presidente do Congresso Nacional, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deu andamento à Medida Provisória (MP) que pretendia revogar a desoneração, aprovada pelo Legislativo, sobre as folhas de pagamento» para os 17 setores que mais empregam na economia.

Sob a relatoria do deputado federal Rubens Pereira Júnior (PT-MA), será instalada uma comissão mista no dia 9 de abril para discutir a MP. No entanto, o texto final estará longe do que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) planejou ao enviá-lo.

Após repercussão negativa entre os parlamentares e setores afetados, o Planalto desistiu de alterar as regras da desoneração pela MP e enviou um projeto de lei para tratar do tema - sem os efeitos imediatos de uma medida provisória.

Outro ponto tido como prioritário para o governo, a limitação do Perse, programa de socorro ao setor de eventos, também foi retirado do texto. Com isso, será protocolado um novo projeto de lei sobre o assunto.

O avanço da nova versão da MP, que contraria interesses do governo, acontece um dia após o Ministério da Fazenda ter enviado uma proposta de renegociação das dívidas dos Estados com a União. O projeto desagradou a Pacheco e a governadores por ter escanteado boa parte das ideias do plano idealizado por ele para a dívida de Minas Gerais.

Com a desidratação da MP, o único trecho preservado do texto original trata de compensações tributárias e envolve a retirada do ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins). A decisão do STF sobre o PIS/Cofins ocorreu em 2021.

A partir da nova medida, as grandes empresas poderão compensar no máximo até 30% anualmente para o prazo de limite de cinco anos. Com essa limitação, o Ministério da Fazenda estima arrecadar cerca de R\$ 20 bilhões a mais em 2024.

**Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>**

# Haddad critica iniciativa de Campos Neto

» **VITÓRIA TORRES\*** \* *Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez um balanço sobre a política econômica do país, desde reformas tributárias até a relação do governo com o Banco Central. Ele demonstrou otimismo com a aprovação da regulamentação da **reforma tributária** neste semestre, falou sobre os desafios da meta fiscal e criticou o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, ontem. Após os bons resultados do ano passado na economia, o ministro rejeitou a ideia de estagnação dos projetos em 2024.

Haddad acredita ser possível aprovar a regulamentação da **reforma tributária** ainda neste semestre, mesmo diante de um calendário apertado devido às eleições municipais. "A regulamentação da **reforma tributária** é passível de ser aprovada no primeiro semestre. Talvez, na Câmara, possamos aprová-la no primeiro semestre. No entanto, passar pela Câmara e pelo Senado no primeiro semestre é mais desafiador", avaliou o ministro, em entrevista à CNN.

Haddad ainda criticou o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, por ter tomado a iniciativa de articular com o Congresso uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá autonomia financeira à autoridade monetária.

A movimentação desagradou ao governo.

"Houve um erro por parte do Roberto em ignorar o governo na articulação da PEC da autonomia financeira do Banco Central. Eu fui o promotor da aproximação dele com o governo, em geral, e com o presidente da República, em particular.

Eu penso que, em se tratando da Constituição do país, haveria uma conversa prévia. Não houve.

Foi isso o que eu disse para o Roberto", revelou Haddad.

Meta fiscal Outro ponto comentado pelo ministro foi a possibilidade de a equipe econômica encaminhar ao Congresso Nacional uma proposta de meta fiscal abaixo do superavit de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) prometido para o ano seguinte. Haddad deixou a meta em aberto, indicando que a definição dependerá da tramitação de projetos no Legislativo e das condições econômicas do país.

"Nós vamos, ao longo dos próximos dias, definir com o Congresso Nacional o andar da carruagem, como é que nós vamos definir a trajetória daqui para frente. A ministra Simone Tebet é quem prepara a LDO.

Esse tema vai ser discutido à luz do que está acontecendo no Congresso Nacional, o que já aconteceu de bom nas cortes superiores", apontou. O governo tem até o dia 15 de abril para enviar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025. A equipe econômica propôs um ajuste gradual nas contas públicas, com um deficit de 0,5% em 2023, zero em 2024, e um superavit de 0,5% em 2025 e de 1% em 2026.

# Uma nova Lei de Finanças Públicas (Artigo)

**René Garcia Junior é secretário estadual da Fazenda do Paraná, Tomaz Leal é assessor econômico da Secretaria Estadual da Fazenda do Paraná**

No dia 17 de março, a lei 4.320, conhecida também como Lei de Finanças Públicas ou Lei Geral de Orçamentos, completou 60 anos. Ela institui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços do setor público. Apesar de desconhecida por parte do grande público, sua importância está consubstanciada no fato de que, nas palavras do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto, "a lei orçamentária é a lei materialmente mais importante do ordenamento jurídico, logo abaixo da Constituição".

Os avanços introduzidos pela lei na época de sua edição foram significativos, o que ajuda a explicar sua longevidade e sobrevivência a diferentes textos constitucionais. Tais avanços abrangem a consolidação de princípios basilares do orçamento público, como a universalidade, a anualidade e a exclusividade, a definição das etapas de execução das despesas, a regulamentação do regime jurídico dos créditos adicionais, a introdução do conceito de orçamento-programa, entre muitos outros.

Ainda que tenha prestado, e continue prestando, importantes contribuições às normas de Direito Financeiro no país, sua vigência num mundo completamente diferente daquele em que a lei foi editada chama a atenção. Uma possível explicação para isso é os orçamentos nacionais terem perdido força em meio ao enrijecimento exacerbado da despesa e à pouca margem de manobra para os gestores públicos. Mais recentemente, o conflito por acesso aos recursos públicos vem se materializando numa maior parcela do Orçamento destinada às emendas parlamentares de execução obrigatória pelo Poder Executivo.

O Orçamento é o instrumento fundamental da democracia em que se discute a alocação de recursos públicos e, portanto, seu aprimoramento é determinante para o desenvolvimento do país. É preciso que se reconheça isso para avançar na discussão política das despesas públicas. O debate fiscal brasileiro nos últimos anos, ou décadas, tem se concentrado em aspectos de cunho macroeconômico, como a capacidade de geração de resultado primário ou o atingimento das metas fiscais. Esses são temas certamente importantes, mas insuficientes para promover uma revisão estratégica da ação estatal.

E preciso que avancemos rumo a uma nova lei de finanças públicas no Brasil, que preveja a reavaliação periódica dos gastos com base em análises técnicas e o olhar voltado para o planejamento e a sustentabilidade fiscal no longo prazo - além das necessárias atualizações para compatibilizá-la e modernizá-la de acordo com os comandos previstos pela Constituição de 1988 que ainda não foram regulamentados (como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual).

Nos últimos anos, avançamos em importantes reformas estruturais, a exemplo da **reforma tributária**. E chegou a hora de aprovarmos a reforma do Orçamento público. O governo federal já se mostrou disposto a avançar nessa pauta. Estará disposto a enfrentar resistências que surjam pelo caminho?

René Garcia Junior é secretário estadual da Fazenda do Paraná, Tomaz Leal é assessor econômico da Secretaria Estadual da Fazenda do Paraná

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Reforma tributária na reta final

VICTORIA ABEL

Promulgada no fim do ano passado, a **Reforma Tributária** entra agora na sua reta final e terá seus detalhes regulamentados via dois projetos de lei que serão enviados pelo governo federal ao Congresso em meados de abril. E, segundo o secretário extraordinário para o tema no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, estados e municípios estão conseguindo uma grande convergência "em praticamente todos os temas".

Na primeira edição do evento "Caminhos do Brasil", que se propõe a debater os temas mais relevantes para o país, Appy explicou que as discussões nos 19 grupos técnicos criados com governos estaduais e municipais darão mais legitimidade aos projetos de lei que irão para o Congresso. A regulamentação da Reforma é tema acompanhado por lupa por empresas e investidores, destacaram Ana Paula Vesco-vi, diretora de Macroeconomia do Santander, e Heleno Torres, advogado e professor de Direito da USP, que também participaram do debate, realizado pelos jornais O GLOBO e Valor Econômico e a rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

## CALENDÁRIO APERTADO

Com mediação dos jornalistas Thiago Bronzatto, diretor da sucursal do GLOBO em Brasília, e Fernando Ex-mann, chefe da Redação do Valor em Brasília, o evento contou também com o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **Reforma Tributária** na Câmara, que participou remotamente por estar no exterior.

A ideia inicial era enviar quatro projetos sobre a regulamentação da Reforma. Mas o Ministério da Fazenda decidiu que serão apenas dois textos, confirmou Appy. Um deles vai tratar da criação dos novos **tributos**, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, estadual e municipal), que, na prática, vão funcionar como um imposto único sobre consumo. Este mesmo projeto vai tratar também do novo Imposto Seletivo, a incidir apenas sobre produtos nocivos à saúde ou ao meio ambiente. E um segundo projeto vai detalhar questões como o funcionamento do Comitê Gestor, que vai gerir o IBS, ou temas relacionados a contenciosos administrativos.

- Estamos conseguindo ter convergência em quase

todos os temas. Isso legitima muito o projeto que será enviado ao Congresso Nacional. O prazo está realmente apertado. A partir do momento que enviarmos ao Congresso, a palavra será deles, e o setor privado terá espaço para discutir com o Congresso -disse Appy.

Diante do calendário apertado, o deputado Aguinaldo Ribeiro avaliou como estratégico que a Fazenda feche primeiramente o acordo nos grupos temáticos sobre a regulamentação, já que o novo tributo único (o IVA dual, que será desmembrado em CBS e IBS) será uma composição de **impostos** regionais e nacional.

- O governo trilhou um caminho certo, que é ouvir estados e municípios -disse o deputado. -É fundamental que haja uma convergência. Um dos grandes ganhos econômicos desse sistema será a transparência. Temos um sistema hoje cumulativo e pouco transparente.

Aguinaldo ainda reforçou a preocupação dos parlamentares com o ano mais curto no Congresso, por causa das eleições. Mas ressaltou que os presidentes das Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estão dispostos a acelerar a aprovação das propostas para superar "o desafio do tempo".

## EXPECTATIVA COM ALÍQUOTA

Ana Paula, do Santander, destacou que a **Reforma Tributária** vai tirar o país de um sistema nebuloso, no qual os consumidores sequer sabem quanto pagam de **impostos**. Para ela, o cuidado na definição da alíquota de referência será fundamental para o equilíbrio da carga tributária.

- O processo de transição não será tão leve, até porque o nosso sistema atual é muito complexo, e sair dele para algo diferente será algo muito complexo. O primeiro ponto é a alíquota geral, como vamos nos posicionar depois dessa ofuscação que temos hoje. Não sabemos nem de que ponto estamos partindo, mas agora vamos conhecer o tamanho dessa carga tributária, isso é muito importante. Tínhamos um desequilíbrio setorial nas cargas entre bens e serviços, e a ideia da reforma é equalizar isso -afirmou Ana Paula.

O governo deve publicar uma estimativa inicial do IVA ainda este ano. De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, poderia chegar a 27,5%.

A busca de convergência entre União, estados e municípios não evitou, porém, que congressistas apresentassem outros projetos sobre a regulamentação. O advogado Heleno Torres chamou a atenção para o risco de que pressões políticas causem distorções na definição do IVA: - A alíquota padrão vai depender do equilíbrio nas regulamentações.

Já o presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, ressaltou a necessidade de a regulamentação da reforma garantir a segurança jurídica: -Precisamos seguir atuando para que as leis complementares garantam um melhor ambiente econômico, com segurança jurídica, racionalidade e equilíbrio entre todas as partes envolvidas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Empresas terão declaração "pré-preenchida"

(Victoria Abel)

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou no evento que o processo de cálculo e obtenção de créditos tributários no novo sistema ficará mais fácil do que como ocorre hoje. Ele disse que qualquer compra feita por uma empresa, desde que não seja para uso pessoal, poderá ser creditada. Ou seja, utilizada no abatimento do imposto pago.

Atualmente, se uma empresa compra um item que não seja diretamente absorvido no produto que ela comercializa, ela não consegue crédito relativo ao material. Por exemplo, uma fábrica de móveis não pode colocar a compra de lixas ou gastos com energia elétrica no cálculo de abatimento, já que nem a lixa, nem a energia são incorporadas ao produto.

- Não vai ser mais como hoje, em que há uma série de restrições a crédito. Isso acabou. Excetuada a questão de uso pessoal, tudo poderá ser usado como crédito. Muito mais simples do que temos hoje - disse Appy.

Segundo ele, o contribuinte vai lidar com um sistema de cobrança de **impostos** que será o mais simples possível. A ideia é que tudo possa ser registrado, pelas empresas, por meio de documento fiscal eletrônico.

O secretário fez uma analogia com o Imposto de Renda e a declaração por meio do sistema pré-preenchido feita por pessoas físicas. De acordo com Appy, após a regulamentação do novo modelo de tributação sobre consumo também haverá uma "pré-apuração" dos **impostos** devidos e dos créditos para abatimento pelas empresas.

- Para a imensa maioria dos contribuintes, será emitir a nota fiscal eletrônica, comprar com nota fiscal eletrônica e registrar o crédito. Vai ser bem simples - garantiu o secretário.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Expectativa de ganhos com o novo sistema

**JÉSSICA SANTANA**

A **Reforma Tributária** já sinaliza ganhos de produtividade para o Brasil, que ainda teve sua nota de crédito elevada pelas agências de classificação de risco -que citaram, em sua decisão, a aprovação da mudança no sistema tributário. Agora, as empresas aguardam o andamento da regulamentação da reforma para tomar decisões sobre investimentos. O movimento acontece em meio às preocupações sobre as novas regras para regimes específicos e sobre qual será a carga tributária que incidirá sobre cada setor da economia.

A conclusão é de Ana Paula Vescovi, diretora de Macroeconomia do Banco Santander, e de Heleno Torres, advogado e professor titular de Direito Financeiro da Faculdade de Direito da USP, durante o evento "Caminhos do Brasil", uma realização dos jornais O GLOBO e Valor Econômico e da rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

Participaram ainda o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **Reforma Tributária** na Câmara, e Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda. O evento teve mediação dos jornalistas Thiago Bronzatto, diretor da sucursal do GLOBO em Brasília, e Fernando Exmann, chefe da Redação do Valor em Brasília.

-O processo de decisão de investimento ainda está muito heterogêneo, mas há um ponto comum entre os setores, que é: se eu puder esperar para ter um pouco mais de clareza sobre como vamos terminar esse processo de regulamentação, eu vou esperar - disse Ana Paula, que já foi secretária do Tesouro Nacional. - Então, tem algum processo de adiamento, na medida em que isso seja possível dentro das empresas e da sua estratégia de investimentos.

Ela explicou que a indústria, por exemplo, tem uma expectativa de redução da carga tributária com a implementação da reforma, enquanto o setor de serviços espera uma majoração. Há, ainda, os setores que serão abarcados pelas regras de regulamentação de regimes específicos, que também aguardam os próximos passos.

**ELIMINAR DÚVIDAS**

Torres citou o exemplo do agronegócio, cujos produtos

vão para a cesta básica, que terá alíquota zero: - Quando isso aparece na Constituição, isso é também equivalente a uma imunidade tributária. E há uma regra expressa que diz que, nos casos de imunidade ou de isenção, não se toma crédito, e isso não gera crédito para a operação seguinte. Você imagina o produtor rural ser surpreendido em não tomar crédito das operações passadas e não gerar crédito se aquele produto for para uma indústria como insumo.

O especialista ressaltou que ainda não se pode dizer que esses casos não darão direito a ressarcimento, mas será preciso aguardar o texto da lei complementar "para sabermos o que vai ser considerado como de uso e consumo." A expectativa de Appy é enviar a regulamentação ao Congresso até meados de abril.

Sobre a questão dos créditos, Appy disse que a regra geral será a da não cumulatividade plena, ou seja, os **tributos** pagos ao longo da cadeia vão gerar créditos, de forma que, na prática, a tributação recaia apenas sobre o consumo final da mercadoria ou serviço. Mas ele admitiu que haverá exceções: -A regra geral é dar crédito. Comprou, veio tributado, dá crédito, no montante que vai estar discriminado na nota fiscal. Mas, como eu falei, há os regimes específicos que a gente tenta viabilizar o crédito, mas em alguns casos não é viável, mas serão exceções.

Leandro Domingos, vice-presidente financeiro da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e líder do grupo de trabalho sobre a **Reforma Tributária** da entidade, destacou pontos que vêm sendo acompanhados de perto pelo setor: - Setores e produtos com alíquotas reduzidas precisam ter uma garantia efetiva dessa redução e a possibilidade da tomada integral dos créditos. Setores com regimes diferenciados precisam da garantia de um novo cenário de tributação adequado às suas realidades. A reforma precisa ser colocada em prática observando a justiça tributária.

Relator da **Reforma Tributária** na Câmara, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que a regulamentação será fundamental para reafirmar conceitos aprovados na emenda constitucional, que são os da não cumulatividade e do sistema transparente, que traga segurança jurídica: -A legislação complementar tem que ir nessa direção para que não pare nenhum tipo de dúvida sobre esses princípios que são o fundamento da reforma - defendeu.

## "PLACAS TECTÔNICAS"

Outra preocupação dos de-batedores foi em relação à possibilidade de litígio.

-A expectativa é que façamos os melhores textos, mas há potencial de choques de interpretação - explicou Torres, lembrando que estados e municípios terão de aprovar, depois da lei complementar federal, uma série de regulamentações internas. - A chance de haver descasamento desses processos é enorme, conseqüentemente, há possibilidade de surgir um contencioso judicial.

Ana Paula salientou que o período de transição entre o regime tributário antigo e o novo será o mais sensível e passível de questionamentos jurídicos: - Estamos rearrumando placas tectônicas, setorial e regionalmente, então há um caráter de insegurança jurídica - disse a economista. - Mas estou confiante de que vamos colher frutos dessa reforma. Segurança jurídica é um dos elementos mais caros que precisamos construir no Brasil. Temos que construir um ambiente de negócios cada vez mais saudável.

O deputado Aguinaldo Ribeiro também reforçou a necessidade de a regulamentação observar a segurança jurídica para não haver pontos obscuros: - O ideal é que pudéssemos construir uma legislação até autoaplicável, para que nós tenhamos bastante efetividade.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Alíquota padrão precisa de equilíbrio

*(Jéssica Sant'Ana, do Valor)*

Um dos desafios na implementação da **Reforma Tributária** do consumo será estabelecer uma alíquota padrão equilibrada, que não aumente a carga tributária nem desequilibre a arrecadação da União, dos estados e dos municípios, defenderam os especialistas que participaram do evento "Caminhos do Brasil", promovido pelos jornais O GLOBO e Valor Econômico e pela rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

No evento, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, explicou que uma das premissas é que a alíquota padrão do IVA manterá a carga tributária atual. Mas ressaltou que, quanto maiores forem as exceções, maior será o impacto na alíquota padrão.

-A alíquota vai ser aquela que mantém a carga tributária atual. O que é importante entendermos é que, se alguém pagar menos, outros vão pagar mais - disse Appy. - Uma parte de alguns que vão pagar menos já foi decidida na emenda constitucional, que são aquelas situações de alíquotas reduzidas. E o Congresso Nacional também previu que haverá regimes específicos que podem, eventualmente, contemplar uma tributação mais baixa. Essa regulamentação obviamente afeta a alíquota (padrão). A definição final é política.

Ele disse acreditar que a alíquota padrão ficará próxima à estimada pelo governo, em torno de 27%.

-Nós teremos de chegar a uma alíquota que seja equilibrada o suficiente para evitar problemas que afetem o endividamento público e também, claro, olhando para o setor privado, para que não se chegue a uma carga tributária insuportável - afirmou Heleno Torres, advogado e professor de Direito da USP. A emenda constitucional prevê também um Imposto Seletivo, que terá caráter extrafiscal (não arrecadatório).

Torres lembrou que a proposta original era que o Imposto Seletivo servisse para cobrir eventuais perdas de arrecadação da União com a transição para o novo modelo de tributação do país. Mas o texto aprovado mudou esse princípio jurídico, e o imposto passou a ter uma função de cobrir externalidades negativas, como atividades que gerem danos à saúde ou ao meio ambiente.

Isso já está criando disputas setoriais, como, por exemplo, no mercado de bebidas alcoólicas, sob o argumento de que umas podem ser mais prejudiciais à saúde que outras: - Em tese, muitas coisas podem ser danosas à saúde, como bebidas açucaradas. E muitas ao meio ambiente, como combustíveis.

Ana Paula Vescovi, diretora de Macroeconomia do Banco Santander, receia que o novo tributo abra caminho para a expansão dos gastos públicos: -Até que ponto o Seletivo não pode ser essa brecha para financiamento de atividades que, na verdade, vão trazer um aumento de carga tributária?

Os regimes especiais, acrescentou o professor da USP, trarão dificuldades adicionais ao planejamento das empresas. Ele lembrou que muitas empresas hoje optantes pelo Simples já começam a fazer as contas se vale a pena seguir no regime, já que sob ele não será possível oferecer créditos tributários a seus clientes.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Modelo mais claro e simples

**VICTORIA ABEL**

A **Reforma Tributária** unifica os cinco **impostos** que hoje existem sobre consumo de bens e serviços: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Eles serão eliminados e substituídos por uma única alíquota a ser paga pelo consumidor quando comprar um produto, no modelo de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Esse imposto será dividido em duas partes, em um IVA dual. Uma delas irá se tornar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), destinada à União, e a outra será o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), destinado a estados e municípios.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que garantiu a mudança no sistema de **impostos** do país foi promulgada em 20 de dezembro do ano passado, depois de ser aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

## COBRANÇA NO DESTINO

O IVA vai incidir no momento de cada compra, a chamada cobrança no destino. Hoje, os **impostos** recaem sobre os produtos na origem, ou seja, desde a fabricação até a venda final. Essa modalidade leva a um acúmulo de cobranças ao longo da cadeia produtiva, o chamado "imposto em casca-to", e ninguém sabe exatamente quanto paga de imposto, no fim das contas.

Assim, a **Reforma Tributária** proporcionou mais transparência ao sistema de **impostos** do país e vai garantir mais eficiência à economia, afirmam especialistas.

A alíquota padrão do IVA ainda será definida e poderá ser ajustada até um ano antes de cada etapa de transição. Mas uma estimativa inicial deve ser divulgada pelo governo ainda este ano. De acordo com a última previsão do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o IVA poderia chegar a 27,5%. Haverá ainda alguns produtos isentos, outros com cobrança reduzida.

A transição entre sistemas começa em 2026, com a cobrança de apenas 1% de IVA. O valor vai aumentando ao longo dos anos seguintes, até 2033, quando todos os **impostos** sobre consumo serão extintos, sobrando apenas o IVA.

O valor cheio da alíquota do IVA será definido em

resolução do Senado Federal, que também determinará qual parcela caberá à CBS e qual será de IBS. Antes de a transição começar, o Congresso Nacional precisa aprovar as leis complementares que irão regulamentar a reforma.

Os textos vão detalhar as regras de aplicação da CBS e do IBS, além de diferenciar os setores da economia que terão alíquota reduzida ou incidência especial de **impostos**. É nesta etapa que o Ministério Fazenda está debruçado.

As leis complementares também vão detalhar o Comitê Gestor do IBS e como este irá distribuir os **impostos** arrecadados para estados e municípios. Uma das propostas ainda vai tratar da regulamentação do Imposto Seletivo (IS), que recairá sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente - cigarros, por exemplo.

A primeira versão dos textos das leis complementares que vão regulamentar a **Reforma Tributária** está em discussão entre a Fazenda e os grupos de trabalho que unem representantes de estados e municípios. Antes de seguir para a Câmara dos Deputados, as propostas passarão pelo crivo de Haddad.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# CNC entrega ao Executivo sugestões para regulamentar Reforma Tributária

Aprovada no fim do ano passado no Congresso Nacional, a **Reforma Tributária** sobre o consumo entra em fase decisiva, com a regulamentação do texto da emenda constitucional. Mais uma vez, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) está à frente de uma intensa mobilização para levar ao Executivo e ao Legislativo propostas que tornem as novas regras mais claras e objetivas, a fim de assegurar um sistema simplificado, justo, transparente, sem aumento de **impostos**.

No último dia 21 o vice-presidente Administrativo da Confederação e presidente da Fecomercio-RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior, entregou ao secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, o documento que reúne as principais reivindicações do setor terciário e que dará subsídio aos 19 grupos técnicos (GTs) responsáveis pela discussão dos anteprojetos de lei complementar a serem enviados pelo governo ao Congresso. O documento é resultado de um movimento nacional do Sistema Comércio que envolveu os sindicatos empresariais, as 27 federações do Comércio e as sete federações nacionais do setor de serviços.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, ressalta que o documento é norteado por duas premissas: garantir os direitos constitucionais durante o processo regulatório e assegurar um sistema simplificado que facilite o cumprimento das obrigações fiscais pelas pequenas empresas.

- Nossas sugestões legislativas e premissas pretendem fortalecer o ambiente de negócios no país e colaborar com o desenvolvimento econômico, garantindo que as empresas, especialmente as de menor porte, tenham as condições necessárias para prosperar - afirma Tadros.

Appy ressaltou a preocupação do governo federal em ter uma proposta operacionalmente simples e não cumulativa. Para o secretário, a reunião foi muito produtiva para ambos os lados.

- Ouvimos as preocupações do setor terciário e frisamos que tudo que está sendo feito é para tornar a vida do contribuinte o mais simples possível e limitar ao máximo a insegurança jurídica, ou seja, ter um sistema mais seguro do que o que se tem hoje -

explicou Appy.

O vice-presidente Financeiro da CNC, Leandro Domingos Teixeira Pinto, líder do grupo de discussões sobre a **Reforma Tributária**, ressalta a importância da participação de todas as estruturas do Sistema Comércio: -Acreditamos que, diante dos desafios e das oportunidades, é essencial promover o diálogo construtivo e buscar consensos que permitam avançar na construção de soluções efetivas e duradouras. Cada contribuição reflete o compromisso do Sistema Comércio com o aprimoramento do Sistema Tributário Nacional para alavancar o crescimento econômico sustentável, a justiça social e a equidade fiscal.

Ao entregar o documento a Appy, Queiroz falou sobre o papel e a representatividade da CNC no Brasil e colocou a entidade à disposição do governo federal para contribuir com a **Reforma Tributária**.

- Temos uma preocupação muito grande de que as regulamentações não desconstruam o que já foi acordado. A CNC é uma entidade que representa o Brasil inteiro, com relação ao comércio de bens e serviços, e, por conhecer as diferenças regionais, pode contribuir para que os termos sejam os mais justos e igualitários possíveis - frisou o dirigente.

Entre as conquistas da CNC para o setor terciário na **Reforma Tributária** estão a não cumulatividade plena dos **impostos**, a geração de crédito para o Simples Nacional, os estímulos fiscais para a Zona Franca de Manaus e áreas de livre comércio e as alíquotas diferenciadas para serviços, como os de educação e turismo.

A expectativa é que os projetos de lei sejam enviados pelo Executivo ao Parlamento no começo de abril.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Os desafios são grandes nos próximos anos"

ENTREVISTA - André Paiva, economista da tendências

A falta de água potável e de tratamento de esgoto afeta diretamente a produtividade da economia brasileira, diz André Paiva, economista e consultor sênior da Tendências Consultoria, especialista no setor de saneamento. Para ele, o país perderá produtividade se não acelerar os investimentos para a universalização do serviço. Paiva também teme aumento de tributação sobre o setor, já que este não foi contemplado com redução de **impostos** na **Reforma Tributária**.

Que balanço é possível fazer do marco do saneamento no país desde 2020?

O marco é muito relevante para o setor de saneamento, mas ele tem metas ousadas de universalização: 99% de fornecimento de água potável e 90% de tratamento de esgoto até 2033. Está atraindo a participação privada, mas num ritmo ainda baixo, considerando todas as disparidades regionais do país. Se no Sudeste temos fornecimento de 90% de água potável, no Nordeste o percentual é de 64%. Em relação a esgoto isso é pior: no Nordeste, apenas 14,7% dos municípios tratam o esgoto.

Qual é a consequência disso?

O fato é que os desafios são grandes nos próximos anos e nesse ritmo de investimento as metas não serão alcançadas até 2033. Nos últimos anos, houve aumento nos investimentos. Mas em 2022 foram apenas R\$ 20 bilhões.

Que ajustes poderiam ser feitos no marco para acelerar ainda mais esses investimentos?

Acredito que um aspecto que precisa ser melhorado é a segurança jurídica oferecida aos investidores. Mais previsibilidade para os players que querem atuar em saneamento. Um dos pontos que causa preocupação, por exemplo, é a **Reforma Tributária**. Saneamento não terá uma alíquota reduzida como educação e saúde, que foram contempladas. Isso trará aumento de carga tributária, o que pode afetar diretamente os investimentos nos projetos.

Isso significa que o ritmo de investimentos pode diminuir em relação ao atual patamar quando a reforma chegar?

Aumento da carga tributária para as empresas levará à adequação dos projetos, o que pode reduzir o ritmo de aplicação de recursos. Este é um fator que está fora da matriz de riscos do setor, então, poderia haver alguma contrapartida a fim de evitar aumento de tarifa ao consumidor.

Nesse cenário, atingir as metas fica ainda mais difícil, já que a capacidade de investimento das empresas públicas é limitada. Fazer captação junto a terceiros pode alavancar demais a companhia e comprometer sua capacidade econômico-financeira.

Qual é a participação do capital privado no investimento em saneamento atualmente?

Apesar do crescimento da parcela privada, ainda é o setor público que vem liderando o investimento. Mas a participação privada subiu nos últimos dois anos de 9,1% para 15,3%. A diminuição da parcela do Estado é um movimento esperado com o novo marco, diante das restrições fiscais, mas isso não significa ausência pública no setor.

Qual a relação entre saneamento e saúde pública e que impactos isso tem para a economia?

A falta de saneamento, de água potável para lavar os alimentos, tem impacto direto na saúde da população. Sem tratamento de esgoto, há mais bactérias causadoras de doenças.

No Nordeste e Norte, por exemplo, há a maior incidência de doenças como febre tifóide, cólera, amebiose e esquistossomose. Isso afeta a economia, porque reduz a produtividade do trabalhador que fica doente. Crianças doentes também deixam de ir à escola e aprendem menos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Regulamentação da reforma desafia governo em ano eleitoral

**Victoria Abel**

Promulgada no fim do ano passado, a **reforma tributária** entra agora na reta final e terá seus detalhes regulamentados por meio de dois projetos de lei que serão enviados pelo governo federal ao Congresso em meados de abril. E, segundo o secretário extraordinário para o tema no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, Estados e municípios estão conseguindo uma grande convergência "em praticamente todos os temas".

Na primeira edição do evento "Caminhos do Brasil", que se propõe a debater os temas mais relevantes para o país, Appy explicou que as discussões nos 19 grupos técnicos criados com governos estaduais e municipais darão mais legitimidade aos projetos de lei que irão para o Congresso. A regulamentação da reforma é tema acompanhado com lupa por empresas e investidores, destacaram Ana Paula Vescovi, diretora de macroeconomia do banco Santander, e Heleno Tones, advogado e professor de direito da USP, que também participaram do debate, realizado pelos jornais "O Globo" e Valor e pela rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio por meio da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

Com mediação dos jornalistas Thiago Bronzatto, diretor da sucursal do "Globo" em Brasília, e Fernando Exmann, chefe da redação do Valor em Brasília, o evento teve a participação também do deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária** na Câmara, que participou remotamente por estar no exterior.

A ideia inicial era enviar quatro projetos sobre a regulamentação da reforma. Mas o Ministério da Fazenda decidiu que serão apenas dois textos, afirmou Appy. Um deles vai tratar da criação dos novos **tributos**, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, estadual e municipal), que, na prática, vão funcionar como um imposto único sobre consumo. Este mesmo projeto vai tratar também do novo Imposto Seletivo, a incidir apenas sobre produtos nocivos à saúde ou ao meio ambiente. E um segundo projeto vai detalhar questões como o funcionamento do Comitê Gestor, que vai gerir o IBS, ou temas relacionados a contenciosos administrativos.

"Estamos conseguindo ter convergência em quase todos os temas. Isso legitima muito o projeto que será enviado ao Congresso Nacional. O prazo está realmente apertado. A partir do momento que enviarmos ao Congresso, a palavra será deles, e o setor privado terá espaço para discutir com o Congresso", disse Appy.

Diante do calendário apertado, o deputado Aguinaldo Ribeiro avaliou como estratégico que a Fazenda feche, primeira-mente, o acordo nos grupos temáticos sobre a regulamentação já que o novo tributo único (o IVA dual, que será desmembrado em CBS e IBS) será uma composição de **impostos** regionais e nacional.

"O governo trilhou um caminho certo, que é ouvir Estados e municípios", disse o deputado. "É fundamental que haja uma convergência. Um dos grandes ganhos econômicos desse sistema será a transparência. Temos um sistema hoje cumulativo e pouco transparente."

Ribeiro ainda reforçou a preocupação dos parlamentares com o ano mais curto no Congresso, por causa das eleições. Mas ressaltou que os presidentes das Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estão dispostos a acelerar a aprovação das propostas para superar "o desafio do tempo".

Vescovi destacou que a **reforma tributária** vai tirar o país de um sistema nebuloso, no qual os consumidores sequer sabem quanto pagam de **impostos**. Para ela, o cuidado na definição da alíquota de referência será fundamental para o equilíbrio da carga tributária.

"O processo de transição não será tão leve, até porque o nosso sistema atual é muito complexo, sair dele para algo diferente será algo muito complexo. O primeiro ponto é a alíquota geral, como vamos nos posicionar depois dessa ofuscação que temos hoje. Não sabemos nem de que ponto estamos partindo, mas agora vamos conhecer o tamanho dessa carga tributária, isso é muito importante. Tínhamos um desequilíbrio setorial nas cargas entre bens e serviços, e a ideia da reforma é equalizar isso", afirmou Vescovi.

O governo deve publicar uma estimativa inicial do IVA ainda este ano. De acordo com o ministro cia

Fazenda, Fernando Haddad, poderia chegar a 27,5%. A busca de convergência entre União, Estados e municípios não evitou, porém, que congressistas apresentassem outros projetos sobre a regulamentação da reforma. O advogado Heleno Torres chamou a atenção para o risco de que pressões políticas causem distorções na definição do IVA:

"A alíquota padrão vai depender do equilíbrio nas regulamentações", disse. Já o presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, ressaltou a necessidade de a regulamentação da **reforma tributária** garantir a segurança jurídica. "Precisamos seguir atuando para que as leis complementares garantam um melhor ambiente econômico, com segurança jurídica, racionalidade e equilíbrio entre todas as partes envolvidas."

"Estamos conseguindo convergência em quase todos os temas" Bernard Appy

"O governo trilhou um caminho certo, que é ouvir Estados e municípios" Aguinaldo Ribeiro

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187827>



# Obtenção de créditos será automática

**Victoria Abel**

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou no evento que o processo de cálculo e obtenção de créditos tributários no novo sistema ficará mais fácil em relação ao que ocorre hoje. Ele disse que qualquer compra feita por uma empresa, desde que não seja para uso pessoal, poderá ser creditada. Ou seja, utilizada no abatimento do imposto pago.

Atualmente, se uma empresa compra um item que não seja diretamente absorvido no produto que ela comercializa, ela não consegue crédito relativo ao material. Por exemplo, uma fábrica de móveis não pode colocar a compra de lixas ou gastos com energia elétrica no cálculo de abatimento, já que nem a lixa nem a energia são incorporadas ao produto.

"Não vai ser mais como hoje, em que há uma série de restrições a crédito. Isso acabou. Excetuada a questão de uso pessoal, tudo poderá ser usado como crédito. Muito mais simples do que temos hoje", disse.

A ideia é que tudo possa ser registrado, pelas empresas, por meio de documento fiscal eletrônico.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187827>

# Alíquota padrão precisa de equilíbrio, sem aumentar carga ou afetar arrecadação

**Jéssica Sant"Ana**

Um dos desafios na implementação da **reforma tributária** do consumo será estabelecer uma alíquota padrão equilibrada, que não aumente a carga tributária nem desequilibre a arrecadação da União, dos Estados e dos municípios, defenderam os especialistas que participaram do evento "Caminhos do Brasil".

O secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, explicou que uma das premissas é que a alíquota padrão do IVA manterá a carga tributária atual. Mas ressaltou que, quanto maiores forem as exceções, maior será o impacto na alíquota padrão.

"A alíquota vai ser aquela que mantém a carga tributária atual. O que é importante entendermos é que, se alguém pagar menos, outros vão pagar mais", disse Appy. "Uma parte de alguns que vão pagar menos já foi decidida na emenda constitucional, que são aquelas situações de alíquotas reduzidas. E o Congresso Nacional também previu que haverá regimes específicos que podem, eventualmente, contemplar uma tributação mais baixa. Essa regulamentação obviamente afeta a alíquota [padrão]. A definição final é política."

Ele disse acreditar que a alíquota padrão ficará próxima à estimada pelo governo, em torno de 27%.

"Nós teremos de chegar a uma alíquota que seja equilibrada o suficiente para evitar problemas que afetem o endividamento público e também, claro, olhando para o setor privado, para que não se chegue a uma carga tributária insuportável", afirmou Heleno Torres, advogado e professor de Direito da USP.

A emenda constitucional prevê também um Imposto Seletivo, que terá caráter extrafiscal (não arrecadatório).

Torres lembrou que a proposta original era que o Imposto Seletivo servisse para cobrir eventuais perdas de arrecadação da União com a transição para o novo modelo de tributação do país. Mas

o texto aprovado mudou esse princípio jurídico, e o imposto passou a ter uma função de coibir

externalidades negativas, como atividades que gerem danos à saúde ou ao meio ambiente.

Isso já está criando disputas setoriais, como, por exemplo, no mercado de bebidas alcoólicas, sob o argumento de que umas podem ser mais prejudiciais à saúde que outras.

"Em tese, muitas coisas podem ser danosas à saúde, como bebidas açucaradas. E muitas ao meio ambiente, como combustíveis", disse Tones.

Ana Paula Vescovi, diretora de macroeconomia do banco Santander, receia que o novo tributo abra caminho para a expansão dos gastos públicos. "Até que ponto o Seletivo não pode ser essa brecha para financiamento de atividades que, na verdade, vão trazer um aumento de carga tributária?"

Os regimes especiais, acrescentou o professor da USP, trarão dificuldades adicionais ao planejamento das companhias. Ele lembrou que muitas empresas que atualmente são optantes pelo Simples já começam a fazer as contas se vale a pena seguir no regime, já que sob ele não será possível oferecer créditos tributários a seus clientes.

27% é a estimativa do governo para a alíquota padrão do IVA

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187827>

# Com novo sistema, expectativa é que país ganhe produtividade

**Jéssica Sant"Ana**

A **reforma tributária** já sinaliza ganhos de produtividade para o Brasil, que ainda teve sua nota de crédito elevada recentemente pelas agências de classificação de risco - que citaram, em sua decisão, a aprovação da mudança no sistema tributário brasileiro. Agora, as empresas aguardam o andamento da regulamentação da reforma para tomar decisões sobre investimentos. O movimento acontece em meio às preocupações sobre as novas regras para regimes específicos e sobre qual será a carga tributária que incidirá sobre cada um dos setores da economia.

A conclusão é de Ana Paula Vescovi, diretora de macroeconomia do banco Santander, e de Heleno Torres, advogado e professor titular de Direito Financeiro da Faculdade de Direito da USP, durante o evento "Caminhos do Brasil", uma realização dos jornais "O Globo" e Valor e da rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio por meio da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

Participaram ainda o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, e Bernard Appy, secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda. O evento teve mediação dos jornalistas Thiago Bronzatto, diretor da sucursal do Globo em Brasília, e Fernando Exmann, chefe da redação do Valor em Brasília.

"O processo de decisão de investimento ainda está muito heterogêneo, mas há um ponto comum entre os setores, que é: se eu puder esperar para ter um pouco mais de clareza sobre como vamos terminar esse processo de regulamentação, eu vou esperar", disse Vescovi, que já foi secretária do Tesouro Nacional. "Então, tem algum processo de adiamento, na medida em que isso seja possível dentro das empresas e da sua estratégia de investimentos", acrescentou a diretora do Santander.

Vescovi explicou que a indústria, por exemplo, tem uma expectativa de redução da carga tributária com a implementação da reforma, enquanto o setor de serviços espera uma majoração. Há, ainda, os setores que serão abarcados pelas regras de regulamentação de regimes específicos, que também aguardam os próximos passos.

Torres citou o exemplo do agronegócio, cujos produtos vão para a cesta básica, que terá alíquota zero. "Quando isso aparece na Constituição, isso é também equivalente a uma imunidade tributária. E há uma regra expressa que diz que, nos casos de imunidade ou de isenção, não se toma crédito, e isso não gera crédito para a operação seguinte. Você imagina o produtor rural ser surpreendido em não tomar crédito das operações passadas e não gerar crédito se aquele produto for para uma indústria como insumo", afirmou o advogado.

O especialista ressaltou que ainda não se pode dizer que esses casos não darão direito a ressarcimento, mas será preciso aguardar o texto da lei complementar "para sabermos o que vai ser considerado como de uso e consumo." A expectativa de Appy, por sua vez, é enviar a regulamentação ao Congresso Nacional até meados de abril.

Sobre a questão dos créditos, Appy disse que a regra geral será a da não cumulatividade plena, ou seja, os **tributos** pagos ao longo da cadeia vão gerar créditos, de forma que, na prática, a tributação recai apenas sobre o consumo final da mercadoria ou serviço. Mas o secretário do Ministério da Fazenda admitiu que haverá exceções.

"A regra geral é dar crédito. Comprou, veio tributado, dá crédito, no montante que vai estar discriminado na nota fiscal. Mas, como eu falei, tem os regimes específicos que a gente tenta viabilizar o crédito, mas em alguns casos não é viável, mas serão exceções", observou Appy.

Leandro Domingos, vice-presidente financeiro da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e líder do grupo de trabalho sobre a **reforma tributária** da entidade, destacou alguns pontos que estão sendo acompanhados de perto pelo setor. "Setores e produtos com alíquotas reduzidas precisam ter uma garantia efetiva dessa redução e a possibilidade da tomada integral dos créditos. Setores com regimes diferenciados precisam da garantia de um novo cenário de tributação adequado às suas realidades. A reforma precisa ser colocada em prática observando a justiça tributária", argumentou Domingos.

Relator da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) afirmou que a regulamentação será fundamental para reafirmar conceitos aprovados na emenda constitucional, que são os da não cumulatividade e do sistema transparente, que traga segurança jurídica:

"A legislação complementar tem que ir nessa direção para que não paire nenhum tipo de dúvida sobre esses princípios que são o fundamento da reforma", defendeu Ribeiro.

Outra preocupação levantada pelos debatedores durante o evento foi em relação à possibilidade de litígio. "A expectativa é que façamos os melhores textos, mas há potencial de choques de interpretação", explicou Torres, lembrando que Estados e municípios terão de aprovar, depois da lei complementar federal, uma série de regulamentações internas. "A chance de haver descasamento desses processos é enorme, consequentemente, há possibilidade de surgir um contencioso judicial", ressaltou o advogado.

Vescovi salientou que o período de transição entre o regime tributário antigo e o novo será o mais sensível e passível de questionamentos jurídicos. "Estamos rearrumando placas tectônicas, setorial e regionalmente, então, há um caráter de insegurança jurídica", disse a economista. "Mas estou confiante de que vamos colher frutos dessa reforma. Segurança jurídica é um dos elementos mais caros que precisamos construir no Brasil. Temos que construir um ambiente de negócios cada vez mais saudável", afirmou.

O deputado Aguinaldo Ribeiro também reforçou a necessidade de a regulamentação observar a segurança jurídica para não haver pontos obscuros. "O ideal é que pudéssemos construir uma legislação até autoaplicável, para que nós tenhamos bastante efetividade", argumentou o parlamentar.

"Reforma precisa ser colocada em prática observando a justiça tributária" Leandro Domingos

"Segurança jurídica é um dos elementos mais caros que precisamos construir no Brasil" Ana Paula Vescovi

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187827>

# Perdas contábeis em empresas de consumo e varejo atingem R\$ 15,7 bilhões em 2023

**Adriana Mattos**

Os balanços de 2023 mostram uma realidade dura para empresas que tiveram que fazer baixas contábeis no valor de seus ativos, por conta de um retorno que parecia certo tempos atrás, mas não está mais garantido.

Levantamento feito pelo Valor mostra que foram R\$ 15,77 bilhões em ajustes no ano passado com ativos que perderam a capacidade de gerar rentabilidade, comparado a R\$ 1,44 bilhão em 2022, um salto expressivo de 11 vezes. A comparação considera a mesma base de empresas analisadas.

A explicação desse corte está na conta do balanço patrimonial que guarda os intangíveis. Fica lá o chamado "goodwill", o ágio que é pago numa aquisição pelos ativos da empresa adquirida que não podem ser mais facilmente avaliados, como equipamentos e terrenos.

Depois de calculado o valor justo dos ativos e dívidas registrados no balanço da empresa a ser comprada, negocia-se o "prêmio" a ser pago pelo que não está lá, mas que têm capacidade de gerar fluxo de caixa no futuro, como marcas, reputação, direitos e propriedade intelectual.

Esse ágio é registrado no balanço da compradora, porque faz parte do preço pago, mas fica separado para que, todo ano, terá que passar pelo "teste de recuperabilidade", ou "teste de impairment", para que se saiba se ainda conservam a mesma capacidade de gerar riqueza para seus donos.

Se não for o caso, o ativo tem que ser ajustado para que reflita a nova realidade. As baixas bilionárias registradas por algumas empresas nos números de 2023 mostram que muita coisa mudou para pior, especialmente para empresas de consumo.

No levantamento estão companhias locais e grupos estrangeiros que controlam negócios no Brasil que contabilizaram, nos balanços da matriz, baixas em ativos no Brasil. Estão na análise Alpargatas, Carrefour, Casino (até o ano passado, maior acionista de GPA), Dia, Grupo Soma e Natura. Os números foram divulgados nas últimas semanas, com a publicação dos resultados do quarto trimestre.

Os fatores que levam a esses ajustes variam caso a caso, mas há aspectos mais centrais, como a saída de investimentos, a revisão de projeções de crescimento de ativos - num cenário econômico ainda incerto - e até mesmo mudanças

inesperadas em regras tributárias, no apagar das luzes de 2023, por parte do governo para tentar reduzir o rombo fiscal.

Para esse cálculo, considerou-se, além do valor dos ativos intangíveis, o fechamento de lojas deficitárias, com provável venda dos pontos, por conta da crise envolvendo o comércio após 2021. As informações constam nas notas das demonstrações financeiras.

Apesar de as empresas argumentarem que não há efeito no caixa, ou seja, sem saída de recursos - pelo menos não imediatamente -, a baixa é uma sinalização negativa para os negócios, e acende um alerta sobre decisões estratégicas equivocadas das companhias, afirma Ana Paula Tozzi, CEO da AGR Consultores, focada nesse segmento de consumo e varejo.

"No caso de Alpargatas e Natura foram baixas de aquisições que não deram certo, de expectativas que não foram realizadas. Empresas compram negócios e o ganho de sinergia calculado nem sempre vem dentro do previsto", diz.

Além disso, com o ano muito difícil para consumo e varejo em 2023, "muitas empresas decidiram "passar a régua" e baixar as perdas que vinham no horizonte de uma vez. Aí já impacta de uma vez só lucro líquido contábil e dividendos".

Entre as companhias, as maiores perdas com impairment em 2023, até o momento, foram do Soma, de R\$ 2,95 bilhões, por causa de ajustes na Hering, e da Alpargatas, de R\$ 1,5 6 bilhão.

Lá fora, a baixa de investimento mais forte foi do ativo do GPA no balanço do grupo francês Casino, em 1,85 bilhão, perto de R\$ 9,6 bilhões (a câmbio médio do ano).

A Natura contabilizou um impairment do ágio de R\$ 663,9 milhões em 2023, da compra em 2019 da Avon International, um negócio que já vem gerando baixas

nos números desde 2022.

No entendimento da Natura, ela deverá recuperar um valor menor de ágio da compra da Avon pela piora na expectativa de retorno futuro. Em 2022, essa perda já foi de R\$ 283 milhões, logo, cresceu quase 134% no ano passado.

A alta acabou afetando o balanço, e a Natura encerrou o quarto trimestre com prejuízo líquido consolidado de R\$ 2,6 bilhões, perda 199% maior. Agora, a empresa já fala na hipótese de separar Avon (incluindo o braço internacional) da Natura Latam, como informou em fevereiro, semanas antes de publicar a baixa com Avon.

O fato de não existir uma saída de caixa com as baixas, ponto ressaltado por todas as empresas em suas comunicações ao mercado, é aspecto questionado por consultores. "Não é exatamente assim que funciona. Pode não ter efeito caixa agora, mas já teve o desembolso para pagamento da aquisição das empresas, muitas vezes com dívidas ou recursos de oferta de ações de investidores", diz André Freitas de Moura, professor da FGV/EAESP e consultor especializado em "valuation".

Além disso, Moura afirma que, se há uma expectativa de que o negócio não desempenhe tão bem, isso indica que a companhia terá que fazer outros investimentos futuros para manter sua performance prometida ao mercado. "Se não há efeito caixa agora, pode ter no futuro", afirma ele.

Há casos de efeito do impairment acima do previsto, como ocorreu com o Soma, dono de marcas de moda como Farm, Animale, Cris Barros.

O mercado já esperava um impacto de até R\$ 1,5 bilhão, mas a correção anunciada atingiu o dobro, quase R\$ 3 bilhões. Em 2022, não houve esse efeito.

O problema esteve no ágio de aquisição registrado na aquisição da Hering. O principal ponto foi a publicação uma lei, em 28 de dezembro, sobre um tema que pegou o setor de surpresa quando o governo levantou a possibilidade.

A nova lei define uma mudança na metodologia de cálculo da redução do IRPJ/CSLL relativa a benefícios fiscais (como subvenção de investimentos). Ocorre que, até 2023, o crédito de subvenção era abatido do imposto de renda, reduzindo esse imposto, e, logo, aumentando o lucro líquido.

Ao se mudar o cálculo e reduzir o crédito da subvenção, cai a dedução do imposto de renda, o que afeta o lucro das companhias. O ponto é que Soma é

muito dependente desses benefícios para efeito de projeções futuras.

Ainda houve impacto da aprovação da **reforma tributária**, diz o Soma, que extingue o benefício fiscal a partir de 2033.

Por conta da perda por impairment, o Soma informou que houve impacto em indicadores financeiros que precisam ser respeitados junto a credores.

Quando isso ocorre, os credores têm o direito de exigir o vencimento antecipado das dívidas. O Soma, então, teve que abrir negociações com todos os credores e obter perdão para um conjunto de dívidas - uma costura que foi finalizada no dia 21.

A empresa informou a analistas que a avaliação dos ativos da Hering, em termos operacionais, continua a mesma. A Alpargatas é um desses casos em que parte do valor de uma oferta de ações foi utilizado para a compra de ativos alvo de impairment no ano passado.

O lucro da fabricante de calçados foi impactado, no quarto trimestre, pelo efeito da baixa de R\$ 1,6 bilhão nos investimentos feitos nas operações de Rothy's e loasys, adquiridas em 2021. Em 2022, não houve nenhum efeito contábil.

Foram pagos cerca de R\$ 2,7 bilhões por 49,9% da Rothy's, marca de calçados californiana, e R\$ 200 milhões pela empresa brasileira de software loasys.

Em fevereiro de 2022, entraram R\$2,5 bilhões no caixa da empresa com uma emissão de ações, e boa parte foi para os pagamentos. Na época, a ação saiu na oferta a R\$ 26,30, e hoje, está R\$ 9,43.

Com a Rothy's, no anúncio da transação, há menos de três anos, a ideia era dar "um passo importante na aceleração da expansão global da Alpargatas", com "marcas desejadas e hiperconectadas".

Nas notas do balanço do quarto trimestre, sobre a Rothy's, a Alpargatas afirma que revisou a estratégia de crescimento do on-line frente ao resultado realizado aquém do projetado na época da aquisição. A perda por não recuperabilidade do ágio foi de R\$ 1 bilhão e mais R\$ 372,5 milhões do ativo intangível da marca.

No caso da loasys, cuja baixa foi de R\$ 111,6 milhões, houve um "enfraquecimento da demanda por projetos de transformação digital para clientes terceiros", e redução do orçamento no digital, com queda nas projeções de crescimento e rentabilidade.

Ao mesmo tempo em que anunciava as aquisições, a

Alpargatas negociava a venda da Osklen para a Dass, numa operação em que a Alpargatas ficou no prejuízo.

Notas do balanço de 2022 mostram que o grupo vendeu a Osklen por R\$ 118 milhões, mas o resultado final da venda, após **impostos**, foi um negativo de R\$ 60 milhões. Uma provisão para impairment nesse valor foi feita em 2022.

Procuradas, as empresas Dia, Natura e Carrefour não se manifestaram. Alpargatas, Casino, Soma informaram que não têm mais nada a adicionar ao publicado. O Soma reforça que o impairment é um impacto não recorrente.

Os fatores que levam a esses ajustes variam caso a caso, mas há aspectos centrais

R\$ 2,6 bi foi o prejuízo da Natura no 4º tri

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187827>

# Reforma tributária encarece tarifa, afirma associação

**Suzana Liskauskas Para o Valor, do Rio**

Com a exclusão do saneamento dos regimes diferenciados na **reforma tributária**, o setor busca agora a inclusão, em lei complementar, de oito medidas para atenuar os efeitos do aumento dos encargos. O principal pleito é a previsão em lei complementar para a realização automática e anual de reequilíbrio em contratos de concessão especificamente relacionado aos impactos do aumento da carga tributária. Caso isso não aconteça, o setor alerta sobre o risco de não honrar o compromisso com a meta da universalização na prestação de serviços de abastecimento de água, para 99% da população brasileira, e esgoto, para 90%, até 2033.

"De uma forma geral, os reequilíbrios contratuais já estão previstos, porém o fluxo é muito moroso. Há questões de reequilíbrio no setor sendo discutidas há cinco anos. Defendemos que o reequilíbrio específico para os impactos da **reforma tributária** seja automático e anual", diz Percy Soares Neto, diretor-executivo da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon).

Francisco Leocádio, sócio da área tributária do escritório Souza Okawa Advogados e professor do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários e da PUC-SP, afirma que tem se discutido a criação de um mecanismo específico para esse reequilíbrio, de forma paulatina e com a devida recomposição, sem esperar de cinco a sete anos. "Os pleitos são para tratar de forma isolada, já que é tão complexa a apuração do impacto tributário", diz. Ele acompanha as audiências públicas no Congresso que discutem instrumentos de ajustes nos contratos firmados anteriormente à mudança tributária, um dos pontos da reforma que ainda precisam ser regulamentados.

Se o reequilíbrio demandado pelo setor de saneamento não for contemplado, a Abcon Sindcon prevê queda de 26% nos investimentos das concessionárias. Outra consequência seria o impacto nos custos das tarifas, que pode ultrapassar 18% até o fim da implementação dos novos **tributos**, previsto para 2033. A entidade estima que orçamento necessário para o cumprimento das metas no prazo estabelecido está em torno de R\$ 893,3 bilhões.

Antes da reforma, o regime de tributação do saneamento incluía somente PIS e Cofins (**tributos** federais), sendo isento de ICMS (estadual) e ISS (municipal). Com a mudança, além de continuar pagando pelos **tributos** federais - reunidos em um tributo só, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) -, o setor passa a arcar com **impostos** estaduais e municipais, consolidados no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Segundo estudos da Abcon, a estimativa é que a alíquota total incidente sobre o saneamento passaria dos atuais 9,25% para aproximadamente 27,5%.

Em ofício enviado à Coordenação das Frentes Parlamentares para Contribuição à **Reforma Tributária**, no início de março, a Abcon Sindcon detalhou propostas para mitigar os efeitos da **reforma tributária**. Além do reequilíbrio contratual, há demandas como equiparação de bens de capital, mecanismos para garantir o aproveitamento de créditos de PIS e Cofins e postergação do recolhimento de novos **tributos** para o momento em que as receitas forem recebidas.

A retirada do saneamento de um regime diferenciado na reforma, que lhe garantiria vantagens tributárias em vez de aumento da alíquota, é vista com preocupação por advogados tributaristas. O sentimento é de desestímulo a um setor essencial para a saúde da população. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), cerca de 30 milhões de pessoas vivem no Brasil sem acesso à água potável encanada e 88 milhões não têm coleta de esgoto (15,1% e 44% da população, respectivamente).

"O fato de o setor do saneamento ter ficado de fora de uma previsão explícita é razão para comprometer a previsibilidade da tributação quanto a um serviço público concedido e essencial, que deveria ser incentivado e não tratado como a regra geral", afirma Cassiano Menke, professor de direito tributário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e sócio da área tributária do Silveiro Advogados.

Everson Santana, advogado na área tributária do Mandaliti, aponta incoerência na inclusão dos serviços de saúde no regime de tributação reduzida, mas com elevação no saneamento. "Não é razoável aumentar exponencialmente o ônus fiscal do setor e



consequentemente a tarifa paga pelos consumidores finais, haja vista a tamanha essencialidade do serviço, um tema de saúde pública", afirma. Para Douglas Mota, sócio do Demarest Advogados, é possível considerar o tratamento de água dentro do conceito de saúde, mas isso dependeria de lei complementar. "Há espaço para dar alguma flexibilidade tributária se o saneamento básico for contemplado dentro do conceito de saúde", avalia.

Na análise de Rodrigo Petry Terra, especialista em direito tributário e sócio do Almeida Advogados, a reforma traz um retrocesso nas questões ambientais por não dar tratamento diferenciado aos setores de saneamento e reciclagem, apesar da previsão para que o Sistema Tributário Nacional observe o princípio da defesa do meio ambiente. Essa exclusão contraria práticas internacionais que utilizam instrumentos fiscais para promover a sustentabilidade, explica.

O Ministério da Fazenda foi procurado, mas não deu retorno até a conclusão desta reportagem.

Abcon vê risco de investimentos caírem 26% e conta de água ter aumento de 18%

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187827>

# Queda no preço de commodities diminui demanda por sucata reciclada

*Liliana Lavoratti Para o Valor, de Curitiba*

São vários os entraves para o avanço da reciclagem no Brasil e para uma maior contribuição do reuso de insumos industriais no combate à degradação ambiental. A falta de incentivo tributário, a concorrência com as matérias-primas virgens beneficiadas pela queda na cotação de commodities e a inexistência de um modelo de transição para a economia circular estão entre as causas de o Brasil ter reciclado em 2022 somente 2,1% de todo o volume de resíduos coletados e destinados aos aterros e lixões, segundo estudo da GO Associados com dados oficiais do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

"Os materiais que poluem rios, mares e nossos territórios serão retirados da natureza e reprocessados para serem reinseridos no processo produtivo se tiverem valor econômico", diz Clineu Alvarenga, presidente do Instituto Nacional das Empresas de Sucata de Ferro e Aço (Inesfa), que representa mais de 5,5 mil empresas de economia circular. Não por menos, estão no topo desta lista latinhas de alumínio e garrafas PET.

A crise, com impacto do catador às empresas processadoras, ganhou força em decorrência da maior oferta de commodities (petróleo e celulose), que deixou os preços dos insumos virgens mais competitivos em comparação com os recicláveis de sucata de plástico e de papel. Exportar tem sido uma saída. No primeiro bimestre do ano, as vendas externas de sucatas ferrosas totalizaram 151.604 toneladas, uma expansão de 56% em relação a janeiro e fevereiro de 2023.

Além disso, o setor reclama que a **reforma tributária** aprovada no ano passado deverá onerar a indústria de reciclagem em cerca de 27,5% com o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), taxa igualada às demais atividades econômicas, se não houver um tratamento diferenciado, o que tiraria a competitividade do segmento.

Também se aguarda do Supremo Tribunal Federal (STF) a confirmação do fim da isenção do Pis-Cofins (9,25%) para essas empresas. Atualmente, recicladores só recolhem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas vendas fora do

Estado.

João Paulo Santin, sócio da CRB Comércio de Resíduos Bandeirantes, com sede em Belo Horizonte, vai além e defende a aprovação do Projeto de Lei 4035/2021, em tramitação na Câmara dos Deputados, que isenta de PIS/Cofins as operações com materiais recicláveis e permite o crédito aos seus adquirentes.

"Temos uma tributação linear para um sistema de produção circular", afirma o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Plástica (Abiplast), Paulo Teixeira. Entre um insumo reciclado ou virgem "o fabricante opta pelo que dará melhor resultado financeiro", diz. A entidade apoia um decreto em elaboração pelo governo federal obrigando indústrias de plástico a incorporarem um percentual de reciclados na produção-5% ao ano, até alcançar 30%.

Enquanto isso, processadores investem em tecnologia para superar a resistência de fabricantes a certos tipos de resinas recicladas. A própria CRB destinou R\$ 20 milhões para modernizar sua planta, responsável por cerca de 3% do total de polietileno de baixa densidade (PEBD, um dos mais utilizados pelo mercado) no país, material com baixa reciclagem (11%). De 1,452 milhão de toneladas consumidas no Brasil dessa matéria-prima, somente 280 mil foram recicladas em 2022. "O resto foi parar nos lixões, nos aterros sanitários, nos rios", lembra Santin.

Para Carlos Rossin, responsável pelo departamento técnico da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), tão importante quanto desonerar a cadeia produtiva seria cobrar dos consumidores uma tarifa, com punição do desperdício embutida. Os recursos subsidiariam a diferença de preços entre recicláveis e commodities virgens.

Fato é que quando os preços desabam por causa da superoferta, como ocorre com celulose e petróleo, até os catadores desistem. De R\$ 100 por 100 kg de papelão, passaram a receber R\$ 10.0 sócio da CRB disse que alguns catadores autônomos que usavam canos para puxar a carreta de resíduos deixaram a atividade para tentar a vida como motoristas de Uber. O kg pago de sucata para PEBD caiu de R\$ 4, em 2022, para R\$ 1,50.

"Fabricante opta pelo insumo que dará melhor

resultado financeiro" Paulo Teixeira

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187827>

# Fernando Haddad defende acordo entre Mercosul e União Europeia

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quarta-feira (27), em São Paulo, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai continuar insistindo em uma maior aproximação com a União Europeia. Para Haddad, um acordo entre o Mercosul e a União Europeia será benéfico para as duas partes e deve se fortalecer nos próximos anos.

A fala do ministro foi durante o 8º Fórum Econômico Brasil-França, que está sendo realizado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O evento conta com a presença do presidente da França, Emmanuel Macron, que é um dos críticos ao acordo entre Mercosul e União Europeia. Ele foi recebido no local pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

Haddad comparou um possível acordo entre o Mercosul e a União Europeia com a aprovação da **reforma tributária** no Brasil. Segundo ele, o Brasil demorou 40 anos para aprovar a **reforma tributária** que "colocou um ponto final no caos tributário". "Não devemos desistir desse acordo. Se foi possível aprovar a **reforma tributária** depois de 40 anos, por que não, depois de 20 [anos] aprovar um bom acordo União Europeia e o Mercosul?", questionou o ministro.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Antonio Ricardo Al-varez Alban, defendeu um avanço no acordo entre o Mercosul e a União Europeia.

"Estamos confiantes de que, a longo prazo, os benefícios da integração das duas regiões vão superar as adversidades iniciais, proporcionando expressivos ganhos para Brasil e França e para os demais signatários do acordo", disse.

**Inflação e PIB** Em sua fala, Haddad também citou que a economia brasileira vive um momento macroeconômico favorável, com **inflação** dentro da meta e crescimento do emprego. "Hoje saiu o resultado do Caged, que apontou que, no mês passado, em apenas um mês, criamos 306 mil novos postos de trabalho no Brasil. Em janeiro, mês regularmente mais fraco, geramos 180 mil postos de trabalho, o dobro do ano passado. Entendemos que a economia seguiu seu curso, sem pressionar os preços se soubermos administrar bem a política econômica", falou.

Haddad também falou da expectativa do governo sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**). "Nesse ano, as estimativas do governo preveem crescimento de 2,2%, mas elas devem ser revistas para um patamar de 2,5% para cima. Devemos surpreender as estimativas do mercado", disse ele.

**Site:** [https://oestadoce.com.br/wp-content/uploads/2024/03/01-CAPA\\_merged-31.pdf](https://oestadoce.com.br/wp-content/uploads/2024/03/01-CAPA_merged-31.pdf)

# Raio-x da arrecadação federal (Artigo)

**Felipe Salto**

Felipe Salto ECONOMISTA-CHEFE DA WARREN INVESTIMENTOS, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O PRIMEIRO DIRETOR-EXECUTIVO DA IFI

O primeiro bimestre foi positivo para o balanço das contas públicas, sobretudo porque as medidas para turbinar a arrecadação estão surtindo efeito.

Num próximo artigo, falarei dos bloqueios e contingenciamentos necessários neste ano.

Hoje, quero me dedicar à arrecadação federal no primeiro bimestre.

Vamos lá.

A receita total foi de R\$ 470,7 bilhões no primeiro bimestre de 2024, o que representou um crescimento real de 9% ante o mesmo período de 2023. Descontadas as transferências a Estados e municípios, as receitas líquidas totalizaram R\$ 372,2 bilhões e cresceram, por sua vez, 9,5% acima da **inflação**. Desempenho muito bom (haja vista que a economia está rodando a ¼ disso).

A chamada arrecadação administrada aumentou 11,1%.

Aliás, o termo "administrada" refere-se à parte da receita mais ligada à atividade econômica, por incluir os **impostos** e contribuições federais que incidem sobre o faturamento, o lucro, a produção etc.

Esse resultado deve ser louvado, porque reflete a dinâmica econômica, mas também as medidas tomadas pelo ministro Fernando Haddad junto do Congresso no ano passado. O crescimento real de quase dois dígitos da receita líquida superou as estimativas e colaborou para que a Fazenda conseguisse preservar a meta fiscal no momento de apresentação do importante Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1.º Bimestre, na semana passada, primeira etapa da liturgia do processo orçamentário anual.

No bimestre, houve uma arrecadação de Imposto de Renda Retido na Fonte importante (R\$ 6,6 bilhões), referente à tributação dos fundos fechados, conforme Lei n.º 14.754/2023. A reoneração dos combustíveis, por sua vez, pode ter colaborado com cerca de R\$ 3

bilhões adicionais no bimestre. Estimo outros cerca de R\$ 4 bilhões referentes ao efeito dos recolhimentos sobre os pagamentos antecipados de precatórios neste início de ano (R\$ 32,1 bilhões).

Se descontássemos todos esses efeitos da arrecadação administrada, a taxa de variação real ante o primeiro bimestre de 2023, ainda assim, teria sido de algo como 6,5% em termos reais, bem acima do **PIB**.

A arrecadação da previdência subiu 5,6%, em termos reais, refletindo o bom desempenho da massa salarial e do mercado de trabalho e o efeito dos precatórios já elucidado (algo como R\$ 1 bilhão em receitas não esperadas nesta rubrica).

A parcela não administrada da arrecadação, por sua vez, que congrega as receitas de concessões, dividendos pagos por estatais, royalties e demais, cresceu 3,5% em termos reais. Dentro desse grupo, as "demais receitas não administradas" subiram 113,3%, influenciadas por receitas de depósitos judiciais não tributários, segundo o Tesouro Nacional, de R\$ 3,2 bilhões.

Se descontássemos os R\$ 17,8 bilhões (R\$ 13,6 bilhões em administradas, R\$ 1 bilhão na previdência e R\$ 3,2 bilhões nas não administradas) da receita total do primeiro bimestre, a taxa de variação real em relação ao mesmo período de 2023 teria sido de 4,9%, e não de 9%. Um desempenho bom, sobretudo porque os descontos de R\$ 17,8 bilhões incluem itens que vão se repetir ao longo dos próximos meses.

Por exemplo, sabe-se que ainda haverá mais cerca de R\$ 10 bilhões em depósitos judiciais não tributários da tranche total aventada desde o ano passado.

A tributação de fundos fechados continuará sendo coletada, mesmo que sob fluxos menores, como já projetávamos. A limitação das compensações tributárias realizada pela Medida Provisória n.º 1.202/2023 vai produzir efeitos sobre a arrecadação mensal, ao limitar o uso de créditos tributários pelas empresas.

Finalmente, as Leis n.º 14.592 e n.º 14.789, respectivamente, a tratar dos créditos de ICMS na base do PIS/Cofins e das subvenções baseadas nos benefícios do ICMS, devem colaborar com receitas adicionais, como já pode ter ocorrido no primeiro bimestre.

Não me canso de aplaudir esta última medida, em particular.

Para ter claro: um benefício do ICMS era concedido e, depois, abatido pela empresa na hora de apurar o lucro. Este, uma vez reduzido indevidamente, passava a ser a base atrofiada sobre a qual eram recolhidos os **tributos** federais. Isto é, o contribuinte percebia dois benefícios, mas o segundo era concedido sem o consentimento da União.

Haddad peitou isso.

O presente artigo traz muitos números, é verdade, mas não quis deixar de lhes mostrar essa radiografia do primeiro bimestre das contas públicas federais.

Este quadro do início do ano não garante, por si só, o cumprimento da meta zero (receitas menos despesas) ou outro objetivo de política fiscal.

Aqui, o objetivo é modesto e a conclusão é mais de curto prazo: descontados dos dados oficiais, de modo até conservador, os efeitos agregados das principais arrecadações extras do primeiro bimestre, remanesce um bom desempenho arrecadatário.

Logo, mantido o controle do gasto, alvo de futuro artigo, vejo que o ministro Haddad continuará a ter sucesso no seu novo arcabouço fiscal, recuperando receitas deixadas sobre a mesa ao longo de décadas. Benesses, na verdade, para os apaniguados, os amigos do rei de sempre.

Ainda restam muitas. Um passo de cada vez.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## Desespero criativo (Editorial)

Era uma questão de tempo a batalha judicial contra a medida do governo federal que limitou a compensação de créditos tributários obtidos em ações de empresas na Justiça, em decisões transitadas em julgado, ou seja, que não admitem mais nenhum recurso. As primeiras sentenças já começaram a sair, em placar ligeiramente desfavorável ao governo, e - levando em conta tratar-se de grandes companhias, por meio das quais a Fazenda esperava garantir mais R\$ 24 bilhões na arrecadação deste ano - a tendência é que puxem uma longa fila de litigantes.

Até mesmo as catracas do Ministério da Fazenda deviam esperar uma reação como essa, a despeito do tom quase de súplica do ministro Fernando Haddad ao anunciar, no fim do ano passado, o teor da Medida Provisória (MP) 1.202, que entrou em vigor em janeiro. "Assim como as empresas precisam se planejar, o Estado precisa se planejar também", disse o ministro. Aí é que está: as empresas se planejaram de acordo com as causas tributárias ganhas na Justiça. Um revés com efeito retroativo como este acaba com qualquer planejamento.

O compreensível desespero da equipe econômica para reduzir o buraco das contas públicas e manter inalterada - ao menos por enquanto - a meta de zerar o déficit fiscal não justifica a adoção de medidas do tipo "devo, não nego, pago quando puder", como o proposto na MP. Pela canetada, o governo limitou em R\$ 10 milhões por mês o teto que empresas podem compensar em seus pagamentos de **tributos**.

São 495 empresas com créditos entre pouco mais de R\$ 10 milhões até mais de R\$ 1 bilhão e que ganharam disputas judiciais contra o Fisco.

As pendengas judiciais são diversas e o governo federal tenta na Justiça evitar, por exemplo, que valores recolhidos a mais no ICMS, um imposto estadual, sejam compensados em **tributos** federais como PIS/Cofins. Questões meritórias à parte, com a MP a Fazenda na prática decidiu de forma unilateral e retroativa a respeito dos benefícios compensatórios.

Para fechar as contas do ano, a equipe econômica propôs que o valor que ultrapasse os R\$ 10 milhões seja compensado ao longo de até cinco anos.

A medida de Haddad foi comparada pelo ex-deputado Rodrigo Maia, hoje presidente do Conselho de Representantes da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), à chamada "PEC do

Calote", elaborada por Paulo Guedes, então ministro da Economia do governo Bolsonaro, que também limitou o pagamento de bilhões em precatórios devidos pela União para reduzir o rombo no Orçamento.

Na essência, a pedalada é a mesma. Na época, Guedes argumentou que iria disparar um míssil para abater um meteoro. Acabou provocando uma chuva de meteoros que desabou no primeiro ano do governo Lula, com o pagamento de R\$ 92 bilhões das sentenças judiciais. Quando o martelo da Justiça é batido em última instância, sem cabimento de recurso, sabe-se quem é credor, quem é devedor e o valor devido. Postergar o pagamento não elimina a dívida e a história recente mostra que pedaladas podem levar a consequências desastrosas.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Banco do Nordeste investe no financiamento de energia renovável

Acorrida pela energia renovável mobiliza setores fundamentais para o desenvolvimento econômico do país. Seja em iniciativas que produzem energias eólicas ou fotovoltaicas, ou na aplicação delas dentro de empresas, a busca por uma matriz mais limpa impulsiona o giro de capital e exige recursos que, muitas vezes, vão além do que uma empresa pode aplicar. No Nordeste, companhias de segmentos como infraestrutura, construção civil, energia renovável, logística e tecnologia contam com um auxílio fundamental para impulsionarem seus negócios da maneira mais sustentável possível. O Banco do Nordeste, maior banco de desenvolvimento regional da América Latina, é um dos protagonistas no financiamento desses segmentos.

- Ao financiar projetos de energia renovável, o banco contribui para uma matriz energética sustentável, essencial para o crescimento duradouro da região. Nosso objetivo é garantir que todos que desejam investir em nossa área de atuação tenham acesso às melhores condições para se desenvolverem. E a energia limpa desempenha um papel central nesse contexto - explica Paulo Câmara, presidente do Banco do Nordeste.

A instituição trabalha com créditos e juros abaixo do mercado para incentivar desde projetos residenciais de energia solar até grandes empreendimentos eólicos e fotovoltaicos na região. Nos últimos seis anos, foram mais de R\$ 35 bilhões em créditos investidos em projetos como esses. Os financiamentos acontecem de acordo com a demanda de cada setor. Câmara explica que, nesse período, houve uma predominância de projetos de energia eólica: foram quase R\$ 21 bilhões destinados a essas iniciativas - R\$ 7 bilhões a mais do que a quantia aplicada em programas de energia solar. Em 2023, no entanto, a tendência se inverteu. Os projetos de geração de energia fotovoltaica somaram R\$ 3,5 bilhões, enquanto os de eólicas receberam R\$ 2,9 bilhões.

Os recursos para os financiamentos são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Entre as linhas de crédito que o banco oferece estão o FNE verde, o FNE Sol e o FNE Proinfra. Câmara destaca que os juros baixos - a partir de 0,68% ao mês - garantem aos clientes a instalação de energia solar em suas residências, com custos equivalentes à conta de energia.

- Os financiamentos a pessoas físicas, pela linha FNE Sol, podem ser quitados em oito anos, e a durabilidade das placas solares supera duas décadas. Além disso, linhas de financiamento como o FNE Proinfra impulsionam o desenvolvimento da infraestrutura econômica sustentável, viabilizando projetos de energia renovável e contribuindo para uma matriz energética mais limpa e diversificada - afirma ele.

O FNE Proinfra é voltado para empresas que sustentam atividades produtivas da região. O fundo financia, entre outras coisas, a implantação e reforma de empreendimentos, gastos com construção para melhoria de instalações, aquisições de veículos e máquinas e elaboração de estudos ambientais.

- No último ano, destinamos mais de R\$ 10 bilhões a esses projetos, especialmente pelo FNE Proinfra, resultando em geração de empregos, incremento na renda regional e fortalecimento da infraestrutura econômica. Além de contribuir para a sustentabilidade ambiental, esses investimentos atraem novas empresas para a região - destaca Câmara.

## DEMANDA CRESCENTE

Em 2024, os investimentos no setor de infraestrutura vão seguir em crescimento. O Banco do Nordeste reservou, inicialmente, R\$ 8,15 bilhões para o segmento, oferecendo condições favoráveis de pagamento, como prazos longos, juros baixos e carência.

A instituição tem buscado parcerias para atrair novos recursos para a região.

- No ano passado, estados como a Bahia (R\$ 2,5 bilhões), Alagoas (R\$ 1,7 bilhão), Rio Grande do Norte e Ceará (R\$ 1,6 bilhão, cada) foram os que mais receberam recursos destinados à infraestrutura. A demanda, entretanto, é crescente, e o Banco do Nordeste tem realizado parcerias, inclusive com entidades internacionais, em busca de novos recursos, a exemplo do acordo firmado com a Agência Francesa de Desenvolvimento, que incluiu repasse de 150 milhões ao BNB no ano passado - conta o presidente.

Para Câmara, os investimentos em infraestrutura fortalecem a economia e fornecem condições



necessárias para o crescimento sustentável a longo prazo. Os créditos, segundo ele, ajudam a criar condições para o desenvolvimento de diversos setores, geram empregos e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da população.

Já o FNE Verde tem como objetivo colaborar no desenvolvimento de empreendimentos e atividades econômicas que promovam a preservação, a conservação, o controle e a recuperação do meio ambiente, focando na sustentabilidade e na competitividade das empresas e cadeias produtivas. Esse crédito é voltado para produtores rurais, empresas, cooperativas e associações de produtores do campo. Os créditos têm prazos diferentes para serem aplicados, de acordo com a área de cada cliente. Os investimentos fixos para o setor rural têm o prazo de 12 anos para serem investidos, enquanto os investimentos semifixos para o mesmo setor têm o tempo de 8 anos. Investimentos fixos e mistos para os setores não rurais também têm 12 anos para aplicação. Já aqueles voltados para produtoras rurais controladas por mulheres ou com participação acionária feminina superior a 40% do capital social têm dois anos a mais sobre o prazo total do financiamento.

Os resultados colhidos a cada ano jogam os holofotes para a importância do Banco do Nordeste como financiador de atividades produtivas e sustentáveis.

- No último ano, por exemplo, injetamos mais de R\$ 58 bilhões em nossa área de atuação, contribuindo para a manutenção e a criação de 2,5 milhões de empregos, além de impactar positivamente no recolhimento de **tributos** e no aumento da renda regional. Esses resultados evidenciam o papel do banco como impulsionador do desenvolvimento e principal braço do governo federal na região - analisa Câmara.

O presidente aposta, ainda, que o Nordeste tem condição privilegiada na capacidade de produção de energia limpa.

- A alta incidência solar e de ventos constantes nos deixa em condição privilegiada em relação às demais regiões. Acreditamos que a energia renovável impulsionará o desenvolvimento econômico em nossa área de atuação, colaborará com a transição energética do país para fontes limpas e com a redução de desigualdades intra e inter-regionais.

"Em 2023, injetamos mais de R\$ 58 bilhões em nossa área de atuação, contribuindo para a manutenção e a criação de 2,5 milhões de empregos " PAULO CÂMARA Presidente do Banco do Nordeste

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Haddad: superávit de 0,5% em 2025 depende do Congresso

**BERNARDO LIMA, JÉSSICA SANTANA E GABRIELA PEREIRA\*** *economia@ogtoto.com.br* BRASÍLIA

O ministro Fernando Haddad afirmou ontem que o alcance da meta de superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2025 vai depender do Congresso Nacional. O índice foi incluído na proposta de arcabouço fiscal apresentada no ano passado.

A previsão de meta fiscal para 2025 foi divulgada no ano passado com aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ainda precisa ser incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as bases para a formulação do Orçamento e deve ser enviada ao Congresso até 15 de abril.

-A pedido do presidente (do Senado, Rodrigo Pacheco e do presidente (da Câmara, Arthur) Lira, projetos de lei foram apresentados para chegarmos a uma equação. Isso vai definir o futuro da trajetória (do superávit). O que estou querendo dizer é que vamos, ao longo dos próximos dias, definir com o Congresso Nacional o andar da carruagem, como vamos definir a trajetória daqui para frente - disse Haddad em entrevista à CNN Brasil.

O ministro preferiu não estipular uma nova meta e disse que a elaboração da LDO é de responsabilidade da ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Aprovado no ano passado, o arcabouço fiscal estabeleceu um déficit de 0,5% em 2023, déficit zero este ano, superávit de 0,5% em 2025 e de 1% em 2026. Com isso, o Ministério da Fazenda almeja fechar as contas no azul já no penúltimo ano do governo Lula.

O déficit ocorre quando as despesas superam as receitas com **impostos**, sem contar os juros da dívida pública. O superávit é o contrário, quando as receitas ficam acima das despesas. O resultado leva em consideração as contas do governo federal, dos estados, municípios e estatais.

Segundo Haddad, atualmente o equilíbrio das contas públicas não cabe somente ao Executivo: o Legislativo compartilha essa responsabilidade. O ministro disse que o presidente da República hoje não tem o mesmo controle sobre o Congresso, como ocorria no início da redemocratização. Como exemplo, Haddad citou a

derrubada de vetos presidenciais pelos parlamentares, no fim do ano passado: -A derrubada de um veto presidencial, anos atrás, era um evento que chamava a atenção. Ninguém discute isso mais. É coisa quase corriqueira e jamais foi assim.

## DISCORDÂNCIA

Na mesma entrevista, Haddad disse não concordar com alguns dispositivos da proposta de emenda à Constituição (PEC) que dá autonomia financeira e administrativa ao Banco Central (BC).

-Há alguns dispositivos da PEC com os quais eu não concordo, aliás, não só eu do governo, muita gente ouvida não concorda -disse o ministro.

Ele disse ainda que presidente do BC, Roberto Campos Neto, deveria ter conversado antes com Lula sobre a PEC: - Penso que em se tratando da Constituição do país, caberia uma conversa prévia (sobre a PEC) com o presidente da República, o que não houve.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Vale e Aliança Energia - DESTAQUE

## DESTAQUES

A Vale informou nesta quarta-feira (27) que celebrou contrato para a aquisição da totalidade da participação de 45% da Cemig GT na Aliança Energia por R\$ 2,7 bilhões. Após a conclusão da operação, a Vale passará a deter 100% do capital da Aliança Energia. A transação está sujeita à aprovação pela assembleia geral de acionistas da Cemig GT e a condições precedentes usuais. "A decisão foi ponderada no contexto do plano de desinvestimento da Cemig GT, tornado público em 2020. Na condição de sócia no empreendimento e considerando que a Vale utiliza, atualmente, a maior parte da energia gerada pela Aliança Energia, a companhia optou por exercer seu direito preferencial de aquisição", afirmou a Vale em **comunicado**. Ainda de acordo com o documento, o volume de geração da Aliança Energia é estratégico na manutenção da matriz energética baseada em fontes renováveis da Vale no Brasil.

## Rumo tem queda no lucro

A Rumo, empresa de logística do grupo Cosan, teve uma queda de 99,6% em seu lucro líquido no quarto trimestre de 2023.0 resultado caiu de R\$ 243 milhões, no mesmo período de 2022, para R\$ 1 milhão, no ano passado. A companhia destaca que a base de comparação, de 2022, foi inflada por um evento extraordinário e não recorrente, a venda dos terminais portuários TI 6 e TI 9, realizada no quarto trimestre de 2022. A receita operacional líquida da companhia teve um aumento de 17,8% no quarto trimestre de 2023, chegando a R\$ 2,6 bilhões. Os volumes transportados pela companhia cresceram 9,2% no trimestre, para 19,6 bilhões deTKU (tonelada útil por quilômetro). O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização) caiu 12,2%, chegando a R\$ 1,2 bilhão, no quarto trimestre. No período, os custos consolidados e despesas administrativas tiveram um aumento de 11,6%, na comparação anual, chegando a R\$ 2 bilhões. O resultado financeiro foi negativo em R\$ 594 milhões, uma melhora de 5% em relação ao mesmo período de 2022. A dívida abrangente líquida encerrou o ano em R\$ 10,2 bilhões, 8,2% maior que em 2022. A alavancagem financeira medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda se manteve estável em 1,8 vez. Os investimentos em bens de capital subiram 65% em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 1,2 bilhão.

## Prejuízo na Tecnisa

A incorporadora Tecnisa terminou o quarto trimestre com prejuízo líquido de R\$ 56,9 milhões, revertendo lucro de R\$ 15,8 milhões ao final de 2022.0 resultado antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização foi negativo em R\$ 46,6 milhões, ante lucro de R\$ 25,9 milhões no final do ano anterior. O Ebitda ajustado ficou em R\$ 28,6 milhões. A receita líquida da empresa atingiu R\$ 112,8 milhões, aumento de 61,7% no mesmo intervalo.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187827>

# Fazenda volta a prorrogar a vigência do Desenrola; prazo agora vai até maio

**MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASÍLIA**

O governo decidiu prorrogar até 20 de maio a vigência do Desenrola Brasil, o programa de renegociação de dívidas de pessoas físicas inadimplentes. Trata-se da segunda extensão de prazo: inicialmente, as renegociações estavam previstas para acabar em dezembro, e já haviam sido estendidas até 31 de março.

A nova prorrogação do Desenrola será formalizada por meio de uma medida provisória que será publicada no Diário Oficial da União hoje. Da primeira vez que o prazo foi estendido, em dezembro, o motivo havia sido a baixa adesão dos endividados ao programa.

O motivo da nova extensão, agora, é outro. Segundo apurou o Estadão, as renegociações ganharam impulso após a integração do Desenrola com as plataformas bancárias, e o governo quer aproveitar o movimento.

Isso foi possível graças a uma portaria do Ministério da Fazenda, de janeiro, permitindo a interligação do sistema com os aplicativos e sites dos bancos. Antes, o acesso era restrito ao gov.br.

O que vem puxando as renegociações são os aplicativos da Serasa (chamado Limpa Nome) e da Caixa Econômica Federal (o Caixa Tem, usado para os pagamento de benefícios sociais).

Cerca de metade do volume diário de negociações hoje é feita por meio de canais parceiros.

E também, em menor grau, se deve à possibilidade de se renegociar os débitos de forma presencial nas mais de 6 mil agências dos Correios - o que foi autorizado no início desse mês.

**ACESSO RESTRITO.** A nova prorrogação do Desenrola, da mesma forma como aconteceu em dezembro, será feita por meio de medida provisória e, da mesma forma como aconteceu em dezembro, será válida apenas para a faixa 1 do programa, que atende a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos ou estão inscritos no Cadastro Único de ações sociais do governo federal.

Nesse grupo, são renegociadas dívidas de até R\$ 20

mil, e as operações contam com o aval do Fundo de Garantia das Operações (FGO) - ou seja, com garantia do Tesouro Nacional. Não serão aceitas dívidas novas, apenas as que já constam da plataforma (contraídas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022), e o valor dos débitos será atualizado pela **inflação**.

A trava para a inclusão de novas dívidas tem sido, desde o início da vigência do programa, uma das exigências das instituições financeiras, sob pena de reduzir a potência da renegociação.

O Desenrola foi lançado em julho do ano passado.

A expectativa da Fazenda era renegociar cerca de R\$ 75 bilhões de 70 milhões de pessoas com o nome sujo. Os últimos números, porém, apontam cifras mais tímidas: cerca de R\$ 50 bilhões renegociados por 14 milhões de pessoas.

Pelo programa, o governo realiza leilões para obter os maiores descontos possíveis nos débitos, que podem ser pagos à vista ou parcelados em até 60 meses, com juro máximo de 1,99% ao mês. Os descontos, em média, são de 83%, mas chegam a 96%.

Além das dívidas bancárias, também estão incluídas as contas atrasadas de outros setores, como estabelecimentos de ensino, energia, água, telefonia e comércio varejista.

Balanço Programa já renegociou R\$ 50 bi em débitos, abaixo dos R\$ 75 bi projetados pelo governo

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# País cria 306.111 vagas com carteira assinada em fevereiro, diz Caged

**GIORDANNA NEVES BRASÍLIA**

Após a criação de 168.503 vagas em janeiro (dado revisado ontem), o mercado de trabalho formal registrou saldo positivo de 306.111 carteiras assinadas em fevereiro, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho.

O resultado decorreu de 2.249.070 admissões e 1.942.959 demissões, e representa salto de 21,2% em relação a fevereiro do ano passado, quando houve abertura de 252.451 vagas com carteira assinada. Alguns especialistas já afirmaram que o aquecimento do mercado de trabalho pode fazer com que o Banco Central (BC) desacelere o ritmo de corte da taxa básica de juros, a Selic. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, classifica a estratégia como sendo "burra".

O número de fevereiro veio acima da mediana das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast, que indicava a abertura de 232,5 mil postos de trabalho.

No acumulado dos dois primeiros meses de 2024, o saldo do Caged já é positivo em 474.614 de vagas. No mesmo período do ano passado, houve criação líquida de 342.509 postos formais.

O saldo de abertura de vagas foi novamente puxado pelo setor de serviços, com a criação de 193.127 postos formais, seguido pela indústria geral, que abriu 54.448 vagas. A construção civil gerou 35.053 vagas, enquanto o comércio registrou abertura de 19.724 vagas. Houve ainda saldo 3.759 contratações na agropecuária.

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada foi de R\$ 2.082,79, recuo de 2,36%, ou R\$ 50,42, sobre janeiro.

FORMA 'BURRA'. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, avaliou que os dados do Caged ficaram "acima da expectativa", mas criticou a preocupação expressa pelo BC sobre o crescimento da massa salarial e os efeitos na **inflação** de serviços, que poderiam trazer reflexos no processo de queda de juros.

"Está faltando estudar um pouco de fundamentos da

economia", disse Marinho sobre a autoridade monetária.

O ministro disse que existem duas maneiras de controlar a **inflação**: de uma forma "burra", por meio do aumento de juros e corte no crédito, e de uma forma "inteligente", que seria pelo aumento da produção e da oferta. Segundo ele, o BC deve colaborar com a economia por meio da redução dos juros.

Salto Criação de vagas em fevereiro foi 21,2% superior ao verificado no mesmo mês do ano passado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Analistas veem falha em projeto para Estados

**LUIZ GUILHERME GERBELLI | COLABORARAM  
FERNANDA TRISOTTO/SÃO PAULO e GABRIEL  
HIRABAHASI/BRASÍLIA**

A proposta apresentada pelo Ministério da Fazenda para aliviar as contas dos Estados não cria os incentivos necessários para que os governadores adotem medidas estruturais para resolver o dilema das contas públicas locais, de acordo com analistas consultados pelo Estadão.

Na terça-feira, a pasta apresentou um programa para refinar as dívidas dos Estados com o governo federal mediante o compromisso de investimentos no ensino médio técnico (EMT).

"É um tipo de saída muito complicada, porque não dá os incentivos corretos para os Estados reformarem o que precisam reformar, de ter uma agenda pelo lado dos gastos, de lidar com a rigidez dos gastos", afirma Alessandra Ribeiro, economista e sócia da consultoria Tendências.

Batizado de Juros por Educação, o programa marca mais um capítulo nas várias vezes em que a União foi acionada pelos governadores para mitigar os problemas das contas públicas estaduais.

"Independentemente do mérito que é o gasto com educação, já é um modelo que admite que os Estados não vão se ajustar, porque vai se dar um alívio para gastar mais", diz Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper.

Outro ponto levantado pelos especialistas é que o Brasil já tem um gasto elevado com educação.

"O Brasil até gasta mais do que a média da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)", diz Alessandra. O programa foi apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a governadores do Sul e do Sudeste, que elogiaram a proposta.

Hoje, as dívidas dos Estados com a União são corrigidas pela Selic (a taxa básica de juros da economia) ou pela **inflação** mais 4%. Pelo novo programa, para os Estados que aplicarem ao menos 50% da economia proporcionada pela redução dos juros na ampliação de matrículas a taxa de juros será

o IPCA mais 3% ao ano. Para os que aplicarem ao menos 75%, a taxa cai para o IPCA mais 2,5% ao ano. Por fim, para os que aplicarem 100%, a taxa cai para o IPCA mais 2%.

O governo estabeleceu um cronograma de 60 dias para chegar a um acordo com os Estados sobre a proposta, que também precisará passar pelo aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

**MUDANÇA DE CENÁRIO.** Em 2015 e 2016, na esteira da recessão enfrentada pelo País, muitos Estados deixaram de pagar servidores e ficaram sem recursos para concluir obras públicas.

Nos últimos anos, no entanto, o quadro melhorou. Na pandemia, as transferências de recursos foram robustas e houve o congelamento de salários dos servidores. Ao mesmo tempo, os Estados se beneficiaram de uma recuperação mais rápida da atividade econômica e pelo aumento dos preços das commodities no cenário internacional.

Em maio de 2022, diante dessa conjuntura favorável, o superávit primário dos Estados chegou a R\$ 102,3 bilhões, ou a 1,1% do **PIB**, de acordo com números do Banco Central compilados pelo Santander.

Os números mais recentes, no entanto, mostram um cenário bem diferente. Em janeiro deste ano, o superávit dos Estados recuou para R\$ 30 bilhões, o que equivale a 0,2% do **PIB**.

"Os Estados aumentaram os gastos e os investimentos. Houve avanço nas reformas estruturantes ao longo dos últimos anos - com aprovação das reformas da Previdência e administrativa.

Mas alguns precisam continuar nesse caminho", afirma Ítalo Franca, economista do banco Santander.

"O grande desafio é ter um ajuste mais estrutural para não ter problema mais à frente."

Desafio Para economista do Santander, desafio é fazer ajuste para não ter problema mais à frente

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Desigualdade de gênero prejudica a economia global

ALESSANDRA SARAIVA\* E LUCIANNE CARNEIRO

A desigualdade de gênero é um freio ao avanço do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos países e deve ser entendida como um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social das nações - e não apenas um problema social. O alerta foi dado por Paula Bellizia, presidente de Pagamentos Globais do Ebanx e líder do Conselho de ação Mulheres, Diversidade e Inclusão (D I) em Negócios do B20, e Janaína Gama, consultora sênior de D I e co-head do W20. Observações sobre o tema foram feitas por ambas durante a live "Empoderamento de mulheres: por que a questão de gênero é crucial ao desenvolvimento - G20 no Brasil", realizada ontem.

O B20, grupo do qual Bellizia faz parte, é o Business 20, grupo de engajamento do G20 do setor privado, que reúne líderes empresariais. Já o W20 se concentra na promoção das mulheres e no empoderamento feminino.

- Existem diversas pesquisas que apontam números, entregas de resultados positivos, quando você tem times diversos nas companhias - ponderou Paula. - E (o combate à desigualdade de gênero tem) impacto direto no **PIB**.

Como exemplo, ela citou dados do 109 relatório anual do Banco Mundial sobre Mulheres, Empresas e Direito. Nele, os pesquisadores do banco calculam que o **PIB** global poderia aumentar em mais de 20% caso existissem políticas públicas que removesses as dificuldades impostas às mulheres no mercado de trabalho.

Janaína concordou e foi além. A consultora notou que a desigualdade de gênero é estrutural, o que torna mais difícil seu combate, visto que os parâmetros desiguais já estão definidos na estrutura da sociedade: -Nossa sociedade fomenta o desenvolvimento de forma diferenciada para homens e mulheres. Chegamos nesse mundo e ele já está assim.

No entendimento da co-head do W20, se um integrante da sociedade percebe essa desigualdade de gênero e não faz nada para mudar esse cenário, "estamos contribuindo para que continue", afirmou.

DO DEBATE PARA A AÇÃO

Tanto Paula quanto Janaína detalharam os trabalhos de suas organizações no combate à desigualdade de gênero, inseridos dentro da reunião do G20, cujo encontro de cúpula se realiza em novembro, no Rio.

-É o primeiro G20 em que temos dentro do B20 um grupo com olhar específico de inclusão de mulheres em negócios -observou Paula. - Nosso objetivo é entregar recomendações acionáveis, concretas, que consigamos implementar, mensurar para que cheguemos ao desenvolvimento econômico e social das mulheres.

As primeiras recomendações do grupo ao G20 e ao governo brasileiro devem ser feitas em agosto, completou ela. Já a co-head do W20 detalhou que o grupo inclui especialistas como a filósofa e escritora Sueli Carneiro, a socióloga Neca Setúbal e a empresária Luiza Trajano. Foram formados cinco grupos de trabalho: violência de gênero, justiça climática, mulheres e empreendedorismo, economia do cuidado e mulheres e tecnologia.

- A ideia é transformar nossas discussões em recomendações -disse Janaína.

Na live, as duas foram unânimes em destacar a questão econômica como fundamental para se entender a manutenção da desigualdade de gênero até hoje. Elas lembraram que as mulheres ganham menos do que os homens, mesmo as mais escolarizadas. E quando se combina a questão de gênero com a questão de raça, o quadro é ainda mais preocupante.

-A cada 100 homens promovidos, são promovidas 90 mulheres. E a cada 100 homens promovidos, 50 mulheres negras são promovidas -disse Paula, citando estudo recente.

Janaína disse esperar que, entre as recomendações efetivas que os dois grupos apresentarem, esteja a maior valorização de debates, no âmbito do G20, sobre interseccionalidade -estudo de sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. O tema, ressaltou ela, passa por estimular o combate não somente à desigualdade de gênero, como também à desigualdade racial: -

Queremos deixar esse legado para as próximas edições do G20, na África do Sul e nos Estados Unidos.

O projeto G20 no Brasil, do qual faz parte a live, tem o governo do Estado do Rio de Janeiro como estado anfitrião, Rio Capital do G20 como cidade anfitriã, patrocínio de JBS e realização dos jornais O GLOBO e Valor e da rádio CBN.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# "Small caps" têm pior desempenho ante as grandes em mais de 20 anos nos EUA

*George Steer Financial Times, de Nova York*

As ações de baixa capitalização ("small caps") dos Estados Unidos estão com o pior desempenho em relação às grandes empresas em mais de 20 anos, o que ressalta o quanto os investidores têm perseguido as ações das gigantes de tecnologia, enquanto grupos menores são pressionados pelas taxas de juros elevadas.

O índice Russell 2000 subiu 24% desde o início de 2020 e ficou bem atrás do ganho de mais de 60% do S P 500 ao longo do mesmo período. A disparidade no desempenho abala uma norma histórica de longo prazo, segundo a qual as empresas de baixa capitalização e rápido crescimento tendem a garantir retornos melhores para os investidores que conseguem aguentar a volatilidade maior.

Segundo analistas, o tamanho atípico da diferença entre os dois índices, acompanhados com muita atenção, se ampliou nos últimos anos, à medida que as ações de small caps, com balanços relativamente fracos e poder de fixação de preços modesto, foram mais prejudicadas pela inflação alta e pelo forte aumento nos custos do crédito, o que desanimou investidores.

"Invisto em small caps há quase 30 anos e desde 2016 ou 2017 não se vê muito dinheiro entrando nesse mercado", disse Greg Tuorto, gestor de carteiras do segmento na Goldman Sachs Asset Management.

"É preciso um pouco de cobiça, é preciso um pouco desse espírito animal, talvez uma melhora na área de fusões e aquisições ou um boom no mercado de ofertas públicas iniciais (1PO), para que as small caps decolem de verdade", acrescentou ele.

O S P sobe de forma constante desde o início de novembro, e os fortes ganhos e o entusiasmo dos investidores a respeito do ímpeto da inteligência artificial geram lucros enormes para empresas do tipo da Nvidia e da Meta.

Por outro lado, a recuperação das empresas de baixa capitalização que ganhara força nos últimos meses de 2023 se esvaiu este ano, o que ampliou ainda mais a já grande diferença de desempenho. As ações de grupos de serviços públicos e telecomunicações, como

a empresa de banda larga Gogo, a Vertex Energy e a Middlesex Water, estão entre as que foram afetadas.

Sem contar um breve período de desempenho superior ao do mercado em 2020, durante as fases iniciais da pandemia, as ações de small caps têm ficado atrás das empresas maiores desde 2016.

Nos anos 2000, antes de as taxas de juro do mundo todo caírem a perto de zero na sequência da crise financeira, as ações negociadas com pouca frequência e pouco acompanhadas por analistas tinham, em média, um desempenho superior ao das maiores empresas. Analistas atribuem esse padrão a uma combinação de ineficiência do mercado com o potencial de crescimento explosivo das futuras líderes de mercado.

"Quando você acerta com as small caps, não acerta 20% mais do que Wall Street, suas estimativas de ganhos e receitas podem ser o dobro de onde o consenso está... Isso leva a um ganho de preço mais significativo", disse Tuorto, cuja carteira é dominada por ações como as de Shake Shack e Wingstop, assim como por varejistas.

Embora haja sinais de que a recuperação do mercado acionário começou a se ampliar para além das maiores ações de tecnologia, a inflação persistente e um mercado de trabalho resiliente contribuíram para que recentemente os traders passassem a aceitar que os juros podem continuar elevados por um período maior do que eles esperavam há apenas alguns meses.

No pior cenário possível, em que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) se veja obrigado a manter as taxas como estão por vários meses ou até mesmo a elevá-las, provavelmente as empresas menores serão as mais atingidas. Cerca de 40% da dívida nos balanços do Russell 2000 é de curto prazo ou de taxa flutuante, em comparação com cerca de 9% no caso das empresas do S P.

Os lucros do quarto trimestre das empresas do Russell 2000, das quais cerca de 30% não são lucrativas, caíram 17,6% em comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados do London Stock Exchange Group (LSEG). Os ganhos das empresas do S P, em contrapartida, cresceram cerca de 4%,

embora grande parte disso tenha sido impulsionada pelas ações de tecnologia das chamadas Sete Magníficas.

Seja como for, a não ser que haja uma recessão, a expectativa é que os lucros das small caps melhorem à medida que as taxas de juro comecem a baixar. Na semana passada, o presidente do Fed, Jerome Powell, manteve as taxas inalteradas e sinalizou uma preferência por um corte equivalente a 0,75 ponto percentual este ano, o que empurrou o Russell 2000 para cima em um ponto percentual a mais do que o S P naquele dia.

"Se os lucros [das small caps] aumentarem, as pessoas comprarão as ações", disse David Lefkowitz, chefe para ações dos EUA no UBS. "E os ganhos devem crescer." Os analistas esperam, em média, crescimento de 14% nos lucros das empresas do Russell 2000 este ano.

"O acesso ao capital tem melhorado, as condições financeiras estão mais relaxadas, os mercados de alto rendimento estão totalmente abertos e a emissão de ações começou a crescer realmente", disse Lefkowitz.

Para Jill Carey Hall, estrategista de ações dos EUA e chefe de estratégia de pequenas e médias empresas dos EUA no Bank of America, as avaliações mais baixas das small caps são um bom sinal para os retornos. Historicamente, a negociação no setor se dava em múltiplos semelhantes aos do S P 500, mas por causa da disparada das ações de grande capitalização nos últimos meses, hoje é negociado com um desconto quase recorde.

"Antes desta, a única vez que vimos múltiplos relativos tão baratos foi durante 1999 e 2000, e aquela década acabou sendo ótima para as small caps", disse ela.

"Na única vez em que vimos múltiplos relativos tão baratos, a década foi ótima para small caps" Jill Carey Hall

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187827>